



# **CONTRATO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA OBRAS**

## **CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATO**

Versão 1.0 | 2022

© 2022 UNOPS - Todos os direitos reservados

O proprietário dos direitos autorais deste trabalho modificado é o UNOPS.

Este contrato foi produzido pelo UNOPS utilizando elementos do Contrato de Serviços Modelo Cliente/Consultor 5ª Edição (Livro Branco 2017) e 4ª Edição (Livro Branco 2006) publicados pela Federation Internationale Des Ingenieurs - Conseils (FIDIC). Este contrato é produzido sob licença de e com permissão do FIDIC e é exclusivo para uso conforme previsto no contrato de licença. Consequentemente, nenhuma parte deste contrato poderá ser copiada, reproduzida, traduzida, adaptada, armazenada em um sistema de recuperação ou comunicada, de qualquer forma ou por qualquer meio, seja mecânico, eletrônico, magnético, fotocópia, gravação ou de outra forma, exceto de acordo com os termos desta licença, sem permissão prévia por escrito.

Para solicitar tal permissão, favor entrar em contato:

UNOPS Infrastructure and Project Management Group (IPMG)  
Copenhague, Dinamarca: [ipmg.publications@unops.org](mailto:ipmg.publications@unops.org)

Este contrato não é endossado pela FIDIC. A FIDIC não é responsável pela exatidão, integralidade, adequação ou não desta publicação ou por suas traduções.

**Sobre o uso:** As Condições Gerais do Contrato não devem ser alteradas. Se alguma das Condições Gerais exigir emendas, isto deve ser feito separadamente sob as Condições Particulares do Contrato com a aprovação da equipe Jurídica do UNOPS IPAS.

Para garantir que esta seja a versão mais recente do contrato, consulte a versão disponível on-line em [www.unops.org](http://www.unops.org) e na intranet interna do UNOPS.

# ÍNDICE

<b>1 DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>5</b>
1.1 Definições	5
1.2 Interpretação	11
1.3 Idioma	12
1.4 Notificações e Outras Comunicações	12
1.5 Prioridade dos Documentos	13
1.6 Conformidade com as Leis	13
1.7 Cessão ou Novação e Subcontratos	13
1.8 Direitos de Propriedade Intelectual do Contratante e do Contratado	14
1.9 Direitos de Propriedade Intelectual de Terceiros	15
1.10 Confidencialidade	15
1.11 Proibição de Beneficiar a um Funcionário e Práticas Proibidas	16
1.12 Totalidade do Acordo	16
1.13 Responsabilidade Solidária	16
1.14 Vias	16
1.15 Contratado Independente	16
1.16 Relação Contratual	17
1.17 Renúncia	17
1.18 Publicidade e Uso do Nome, Logo do Contratante e as Nações Unidas	17
1.19 Minas	17
1.20 Material Bélico Não Detonado	18
1.21 Explosões	18
1.22 Privilégios e Imunidades	18
1.23 Impostos e taxas	18
<b>2 O CONTRATANTE</b>	<b>20</b>
2.1 Direito de Acesso aos Locais	20
2.2 Representante do Contratante	20
2.3 Informações	20
2.4 Instruções e Aprovações	20
2.5 Assistência	21
2.6 Pessoal e Serviços de Terceiros Fornecidos pelo Contratante, Equipamentos e Instalações do Contratante	21
<b>3 O CONTRATADO</b>	<b>22</b>
3.1 Escopo dos Serviços	22
3.2 Garantia de Execução	22
3.3 Padrão de Cuidados	22
3.4 Propriedade do Contratante	22
3.5 Representante do Contratado	22
3.6 Equipe Chave	23
3.7 Mudança na Equipe Chave	23
3.8 Subcontratados	23
3.9 Gerenciamento da Construção	24
3.10 Bebida Alcoólica ou Drogas	24
3.11 Armas, Munições e Explosivos	24
3.12 Festivais e Costumes Religiosos	24
3.13 Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho	25
3.14 Trabalho Infantil	25

3.15 Assédio sexual, exploração e abuso	25
3.16 Saúde, Segurança, Gestão Social e Ambiental	26
3.17 Sistema de Gestão da Qualidade	27
<b>4 INÍCIO E CONCLUSÃO</b>	<b>29</b>
4.1 Data de Vigência do Contrato	29
4.2 Início e Conclusão dos Serviços	29
4.3 Cronograma	29
4.4 Atrasos	30
4.5 Evolução dos Serviços	30
4.6 Força Maior	31
<b>5 VARIAÇÕES NOS SERVIÇOS</b>	<b>32</b>
5.1 Variações	32
5.2 Avaliação da Variação	32
5.3 Ajustes para Mudanças nas Leis	33
<b>6 SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS E RESCISÃO DO CONTRATO</b>	<b>33</b>
6.1 Suspensão dos Serviços	33
6.2 Retomada dos Serviços Suspensos	33
6.3 Efeitos da Suspensão dos Serviços	33
6.4 Rescisão do Contrato	34
6.5 Efeitos da Rescisão	35
6.6 Direitos Adquiridos, Reivindicações e Responsabilidades das Partes	35
<b>7 PAGAMENTO</b>	<b>36</b>
7.1 Pagamento ao Contratado	36
7.2 Prazo para Pagamento	36
7.3 Moeda de Pagamento	36
7.4 Faturas Contestadas	37
7.5 Auditoria e Investigações	37
7.6 Avaliação de Desempenho do Contratado	37
7.7 Compensação	37
7.8 Pagamento Antecipado	38
<b>8 RESPONSABILIDADES</b>	<b>39</b>
8.1 Responsabilidade por Infração	39
8.2 Período de Responsabilidade	39
8.3 Limite de Responsabilidade	39
8.4 Exceções	39
<b>9 SEGURO</b>	<b>40</b>
9.1 Alcance da Cobertura	40
9.2 Disposições	40
9.3 Falha na Cobertura	41
<b>10 REIVINDICAÇÕES</b>	<b>43</b>
10.1 Reivindicações do Contratado	43
<b>11 RESOLUÇÃO DE DISPUTAS</b>	<b>44</b>
11.1 Direito de Adesão	44
11.2 Resolução Amigável	44
11.3 Arbitragem	44
11.4 Resolução de Disputas Para Não Atrasar a Execução dos Serviços	46
11.5 Validade	46

## LISTA DE ABREVIATÕES

EDP	Extensão do Prazo ( <i>Extension of Time - EOT</i> )
DPI	Direitos de Propriedade Intelectual ( <i>Intellectual Property Rights - IPR</i> )
OIT	Organização Internacional do Trabalho ( <i>International Labour Organization - ILO</i> )
JV	Joint Venture
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade ( <i>Quality Management System - QMS</i> )
IVA	Imposto sobre o valor agregado ( <i>Value Added Tax - VAT</i> )

# 1 DISPOSIÇÕES GERAIS

## 1.1 Definições

---

No Contrato, as seguintes palavras e expressões terão os significados indicados abaixo:

**"Valor Aceito no Contrato"** é o valor aceito pelas Partes a partir do Início da Vigência do Contrato e declarado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] para a execução das Obras e deve ser pago/ou ajustado de acordo com o Contrato.

**"Garantia de Pagamento Antecipado"** significa a garantia (ou garantias) a ser(em) fornecido(s) de acordo com a Subcláusula 7.8 [*Pagamento Antecipado*].

**"Afilhado"** significa:

- (a) empresa matriz/mãe da Contratada;
- (b) qualquer empresa controlada por uma sociedade gestora matriz;
- (c) qualquer empresa que controle a Contratada; ou
- (d) qualquer empresa controlada pela Contratada.

Para os fins desta definição, controle significa que uma parte possui, direta ou indiretamente, o poder de ordenar ou dar ordens e direcionamento de administração e das políticas da outra parte, seja por meio de ações com direito a voto, por contrato ou de outra forma, sendo que os termos controles e controlado devem ser interpretados de tal forma.

**"Autoridade"** significa todo governo local, regional, territorial, zona franca, municipal, ministério, departamento governamental, comissão, conselho, gabinete, agência, instrumentalidade, órgão executivo, judicial ou administrativo, reconhecido pelas Nações Unidas e com jurisdição sobre as Obras e/ou o Contratado, bem como seus Afilhados.

**"Reivindicação"** significa um pedido ou afirmação por uma (1) Parte à outra Parte para obter um direito ou uma isenção sob qualquer cláusula destas Condições de Contrato ou de outra forma em conformidade com, ou decorrente do Contrato ou da execução dos Serviços.

**"Data de Início"** significa a data declarada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], se não declarada, quatorze (14) dias corridos após o Início da Vigência do Contrato.

**"Condições do Contrato" ou "estas Condições"** significam estas Condições Gerais conforme modificadas pelas Condições Particulares (se houver).

**"Contratado"** significa a entidade nomeada como "Contratado" no Acordo Contratual, que é empregada pelo Contratante para executar os Serviços, e sucessores legais e cessionários autorizados de tal empresa.

**"Documentos do Contratado"** significa cada Entregável e qualquer outro documento, plano, projeto, especificação, cálculos, relatório ou outro documento exigido para ser preparado pelo Contratado como parte dos Serviços.

**"Direitos de Propriedade Intelectual do Contratado" ou "DPI do Contratado"** significa todos os DPI de propriedade ou detidos pelo Contratado de acordo com a Subcláusula 1.8 [*Direitos de Propriedade Intelectual do Contratante e do Contratado*].

**"Representante do Contratado"** significa a pessoa designada pelo Contratado para atuar como seu representante e é nomeada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou outra pessoa designada de tempos em tempos pelo Contratado.

**"Contrato"** significa o Acordo Contratual juntamente com estas Condições Gerais, as Condições Particulares (se houver) e todos os Anexos e documentos (se houver), conforme listados como parte integrante do Contrato no Acordo Contratual.

**"Início da Vigência do Contrato"** significa a data da última assinatura pelas Partes e na qual o Contrato entra em vigor e produz efeitos, conforme estabelecido no Acordo Contratual.

**"Empreiteira"** significa a entidade denominada no Contrato de Obras como a contratada e os sucessores legais em titularidade e cessionários a esta entidade que é responsável pela execução das Obras em relação às quais os Serviços são necessários.

**"Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas"** significa a convenção adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de fevereiro de 1946, que define e especifica inúmeras questões relativas ao status das Nações Unidas, seus bens e seus funcionários, em termos dos privilégios e imunidades que devem ser concedidos a eles por seus Estados Membros.

**"Convenção sobre os Direitos da Criança"** significa a convenção adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, que define os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais a que todas as crianças têm direito.

**"Custo"** significa todos os gastos diretos e razoáveis necessariamente incorridos em conexão com os Serviços do Contratado, mas não inclui gastos gerais não específicos do Projeto, lucro ou perda de lucro.

**"País"** significa o País nomeado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou, onde nenhum País é mencionado, o País onde as Obras relacionadas com os Serviços devem ser executadas.

**"Dia"** significa um dia corrido, a menos que seja previsto de outra forma.

**"Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho"** refere-se à Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 18 de junho de 1998.

**"Danos por Atraso"** significa os danos pelos quais o Contratado será responsável nos termos da Subcláusula 4.4 [*Atrasos*] pelo não cumprimento do Prazo de Execução e de qualquer EDP aprovada.

**"Entregável"** significa um documento ou qualquer entrega, como dados, informações, ferramentas, publicações etc., em qualquer formato a ser preparado e submetido pelo Contratado nos termos do Contrato.

**"Disputa"** significa qualquer tema em que:

- (a) uma Parte faz uma Reivindicação contra a outra Parte;
- (b) a outra Parte rejeita a Reivindicação no todo ou em partes; e
- (c) o tema é encaminhado para resolução de disputas de acordo com a Cláusula 11 [*Resolução de disputas*].

**"Oito Convenções Fundamentais da OIT"** referem-se às convenções internacionais

adotadas pela OIT que são: a Convenção sobre a Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, de 9 de julho de 1948, a Convenção sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva, de 1 de julho de 1949, a Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 30 de junho de 1930 e seu Protocolo de 11 de junho de 2014, a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, de 25 de junho de 1957, a Convenção sobre Idade Mínima, de 26 de junho de 1973, a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 17 de junho de 1999, a Convenção sobre a Igualdade de Remuneração, de 29 de junho de 1951 (No. 100), e a Convenção sobre Discriminação (Emprego e Ocupação) de 25 de junho de 1958.

**"Contratante"** significa a Parte nomeada como "Contratante" no Acordo Contratual, e os sucessores legais no título e/ou os cessionários ou novatos de tal entidade.

**"Direitos de Propriedade Intelectual do Contratante" ou "DPI do Contratante"** significa todos os DPI de propriedade ou detidos pelo Contratante de acordo com a Subcláusula 1.8 [*Direitos de Propriedade Intelectual do Contratante e do Contratado*].

**"Melhorias"** significa qualquer melhoria, aprimoramento, adaptação, mudança, modificação ou desenvolvimento dos DPI de qualquer uma das Partes e que permanecerá propriedade da respectiva Parte.

**"Representante do Contratante"** significa a pessoa designada pelo Contratante para atuar como seu representante para a administração do Contrato e nomeada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou qualquer outra pessoa designada de tempos em tempos pelo Contratante, e comunicada por Notificação ao Contratado.

**"Extensão do Prazo" ou "EDP"** significa uma extensão do Prazo para Conclusão a que o Contratado terá direito, de acordo com a Subcláusula 4.4 [*Atrasos*].

**"Certificado de Conclusão Final"** significa o certificado emitido pelo Contratante nos termos da Subcláusula 4.2 [*Início e Conclusão dos Serviços*].

**"Conclusão Final dos Serviços"** significa quando todos os Serviços tiverem sido aceitos pelo Contratante com a emissão do Certificado de Conclusão Final, a menos que de outra forma finalizado de acordo com o Contrato.

**"Força Maior"** significa um evento ou circunstância excepcional que ocorra após o Início da Vigência do Contrato:

- (a) que está além do controle da Parte;
- (b) que é imprevisível e/ou que tal Parte não poderia razoavelmente ter providenciado/fornecido antes do Início da Vigência do Contrato;
- (c) que, tendo surgido, a Parte não poderia, razoavelmente, ter evitado ou superado; e
- (d) que não é substancialmente atribuível à outra Parte.

**"Assembleia Geral"** significa o principal órgão deliberativo, de elaboração de políticas e representativo das Nações Unidas.

**"Condições Gerais"** significa este documento intitulado "Contrato de Serviços de Consultoria para Obras: Condições Gerais de Contrato".

**"Notificação de Melhoria da Saúde e Segurança no Trabalho"** significa uma Notificação a ser emitida sob e de acordo com a Subcláusula 3.16 [*Saúde, Segurança, Gestão Social e Ambiental*].

**"Plano de Gerenciamento de Saúde e Segurança no Trabalho"** significa o Plano de Gerenciamento de Saúde e Segurança no Trabalho do Contratado (que pode ser atualizado



e/ou revisado de tempos em tempos) que é submetido de acordo com a Subcláusula 3.16 [Saúde, Segurança, Gestão Social e Ambiental].

**"Melhores Práticas do Setor"** significa as práticas que são geralmente praticadas ou observadas pelas indústrias de consultoria internacional com respeito a serviços de tamanho, tipo, natureza, escopo e complexidade similares aos Serviços e que, com respeito a qualquer objetivo, pode ser esperado, no exercício de julgamento razoável, que atinjam esse objetivo de forma consistente com as Leis aplicáveis, confiabilidade, segurança, proteção ambiental, economia e conveniência.

**"Acordo Contratual"** significa o documento intitulado "Contrato de Serviços de Consultoria para Obras: Acordo Contratual" assinado pelas Partes e que faz parte do Contrato.

**"Direitos de Propriedade Intelectual" ou "DPI"** significa todos os DPI conferidos por Lei ou equidade e subsistindo em qualquer parte do mundo, inclusive:

- (a) (i) direitos autorais e direitos relacionados; (ii) invenções (incluindo patentes, patentes de inovação e modelos de utilidade); (iii) informações confidenciais, segredos comerciais, dados técnicos e know-how, sejam ou não confidenciais e sob qualquer forma mantida, incluindo fórmulas, especificações de projeto, desenhos, dados, manuais e instruções; (iv) desenhos; (v) marcas comerciais, nomes comerciais, marcas de serviço e nomes de domínio; (vi) desenhos de layout de circuitos, direitos de topografia de semicondutores e direitos em bancos de dados, sejam ou não registrados, registráveis ou patenteáveis; e (vii) direitos de propriedade e quaisquer outros DPI, em cada caso registrados ou não registrados;
- (b) Direitos Morais e quaisquer direitos similares resultantes da atividade intelectual nos campos industrial, comercial, científico, literário ou artístico que subsistam no presente ou no futuro;
- (c) quaisquer pedidos e o direito de solicitar o registro de qualquer um dos itens acima; e
- (d) qualquer informação ou conselho que esteja sujeito a privilégio profissional legal.

**"Joint Venture" ou "JV" ou "Operação Conjunta"** significa um empreendimento conjunto, sociedade, consórcio ou outra associação de duas (2) ou mais partes sem personalidade jurídica com o intuito de formar uma parceria ou para outros fins.

**"Equipe Chave"** significa o Pessoal listado no Anexo 4.4 [Equipe Chave] na capacidade e papel identificados nela ou em seus substitutos.

**"Leis"** significa:

- (a) toda a legislação nacional, incluindo, decretos, resoluções, atos, estatutos, portarias, regras, regulamentos, diretrizes e outras ordens, tratados, estatutos, códigos de prática e outra legislação subordinada do País ou de qualquer país em que os Serviços sejam prestados;
- (b) as exigências, regras e regulamentos de qualquer Autoridade, incluindo legislação e regulamentos que abrangem o registro e licenciamento do Contratado necessários para o bom desempenho dos Serviços de acordo com o Contrato; e
- (c) as diretrizes do País ou de qualquer país no qual os Serviços são realizados e de todas as Autoridades relevantes, com as quais o Contratado é legalmente obrigado a cumprir.

**"Lei Aplicável ao Contrato"** significa a lei referida na Subcláusula 11.3.10 [Arbitragem].

**"Período de Responsabilidade"** significa o período ou duração prescrito no Anexo 1 [Detalhes do Contrato] dentro do qual o Contratante deverá fazer formalmente uma Reivindicação de Responsabilidade contra o Contratado, se houver, caso contrário a responsabilidade do Contratado nos termos do Contrato cessará no vencimento do Período

de Responsabilidade, não obstante qualquer exigência legal do País ou de qualquer outra jurisdição.

**"Locais"** significa as áreas físicas onde as atividades em relação aos Serviços são realizadas e como pode ser indicado no Anexo 2.2 [*Planta(s) dos Local(is)*].

**"Estado-Membro"** significa o governo de um país que seja membro das Nações Unidas.

**"Direitos Morais"** significa qualquer dos direitos descritos no Artigo 6bis da Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas de 1886 (conforme alterada e revisada de tempos em tempos), sendo "direitos morais" ou outros direitos análogos que surjam sob qualquer lei, que existam, ou que possam vir a existir, em qualquer parte do mundo.

**"Novos Direitos de Propriedade Intelectual" ou "Novo DPI"** significa todos os DPI criados como resultado dos Serviços prestados pelo Contratado.

**"Subcontratado Designado"** significa um Subcontratado designado pelo Contratante que esteja incluído no Anexo 3.5 [*Subcontratados Designados*] ou a quem o Contratante instrui o Contratado a empregar como um Subcontratado para executar certas partes dos Serviços, conforme especificado no Contrato.

**"Notificação"** significa uma comunicação escrita identificada como Notificação e emitida de acordo com a Subcláusula 1.4 [*Notificações e Outras Comunicações*].

**"Condições Particulares"** significa o documento intitulado "Contrato de Serviços de Consultoria para Obras: Condições Particulares de Contrato" incluídas no Contrato, se houver.

**"Partes"** significa ambos Contratante e Contratado.

**"Parte"** significa tanto o Contratante quanto o Contratado, conforme o contexto exigir.

**"Garantia de Execução"** significa a garantia ou as garantias, (se houver) sob a Subcláusula 3.2 [*Garantia de Execução*].

**"Pessoal"** significa o Representante do Contratado e todo o pessoal que o Contratado utiliza para a execução dos Serviços nos locais onde os Serviços estão sendo executados, o que pode incluir o pessoal, mão de obra, agentes e outros funcionários do Contratado e de cada Subcontratado.

**"Cronograma"** significa o cronograma totalmente detalhado, conforme descrito na Subcláusula 4.3 [*Cronograma*] e qualquer atualização de tal Cronograma necessária para o cumprimento do Contrato e/ou conforme notificado pelo Contratante.

**"Projeto"** significa o projeto descrito no Anexo 2.1 [*Detalhes do Projeto*], para o qual os Serviços devem ser prestados.

**"Partes Interessadas do Projeto (Stakeholders)"** significa as fontes de financiamento/clientes, governos, beneficiários e outros parceiros que possam afetar ou ser afetados pelo Projeto e nomeados no Anexo 3.1 [*Escopo dos Serviços*].

**"Práticas Proibidas"** significa:

- (a) prática corrupta: a oferta, doação, recebimento ou solicitação, direta ou indiretamente, de qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;
- (b) prática fraudulenta: qualquer ato ou omissão, inclusive deturpação, que, consciente ou imprudentemente, induza ou tente induzir em erro, uma parte a obter um benefício financeiro ou outro benefício ou a evitar uma obrigação;
- (c) prática coercitiva: um ato ou omissão que prejudique ou danifique, ou ameace prejudicar ou danificar, direta ou indiretamente, qualquer parte ou a propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

- (d) prática colusiva: um arranjo entre 2 (duas) ou mais partes projetadas para atingir um propósito impróprio, incluindo influenciar de forma imprópria as ações de outra parte;
- (e) prática antiética: conduta ou comportamento contrário ao conflito de interesses, presentes e hospitalidade, disposições pós-emprego ou outros requisitos publicados de fazer negócios com o Contratante; e/ou
- (f) obstrução: atos ou omissões do Contratado que impeçam ou impeçam o Contratante de investigar instâncias de possíveis Práticas Proibidas.

**"Sistema de Gestão de Qualidade" ou "SGQ"** significa o SGQ do Contratado (que pode ser atualizado e/ou revisado de tempos em tempos) de acordo com a Subcláusula 3.17 *[Sistema de Gestão de Qualidade]*.

**"Anexos"** significa o documento intitulado "Contrato de Serviços de Consultoria para Obras: Anexos" elaborado pelo Contratante e preenchido pelo Contratado e/ou Contratante (conforme o caso), e incluído no Contrato. Tais Anexos podem incluir dados, listas e cronogramas de pagamentos, custos e preços, detalhes do contrato, requisitos e formas de garantias.

**"Representantes Seniores"** significa pessoal das Partes identificado como representantes seniores e notificado por escrito pelas Partes no caso de processo de resolução de disputas de acordo com a Subcláusula 11.2 *[Resolução Amigável]*.

**"Serviços"** significa os serviços definidos no Anexo 3.1 *[Escopo dos Serviços]* a serem executados pelo Contratado de acordo com o Contrato que inclui quaisquer Variações aos Serviços instruídos ou que surjam de acordo com o Contrato.

**"Plano de Gestão Social e Ambiental"** significa o Plano de Gestão Social e Ambiental do Contratado (que pode ser atualizado e/ou revisado de tempos em tempos), que é submetido de acordo com a Subcláusula 3.16 *[Saúde, Segurança, Gestão Social e Ambiental]*.

**"Subcontratado"** significa qualquer pessoa ou entidade nomeada no Anexo 4.6 *[Subcontratados]*, ou qualquer pessoa ou entidade consentida pelo Contratante e nomeada como Subcontratado para executar uma parte dos Serviços, bem como os seus sucessores legais em posse de cada uma dessas pessoas.

**"Prazo do Contrato"** significa o período em que o Contrato permanecerá em vigor até a Conclusão Final dos Serviços, a menos que de outra forma terminado de acordo com o Contrato.

**"Prazo de Execução"** significa o prazo para a conclusão dos Serviços, conforme estabelecido no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*, ou conforme possa ser alterado de acordo com o Contrato, calculado a partir da Data de Início.

**"Variação"** significa qualquer mudança nos Serviços, que é instruída como uma variação sob a Cláusula 5 *[Variações aos Serviços]*.

**"Notificação de Variação"** significa uma comunicação escrita identificada como uma Notificação de Variação e emitida de acordo com as disposições da Subcláusula 1.4 *[Notificações e Outras Comunicações]*.

**"Obras"** significa as obras para as quais os Serviços são necessários, conforme descrito no Anexo 2.1 *[Detalhes do Projeto]*.

**"Contrato de Obras"** significa um contrato para a execução de Obras Permanentes e Temporárias (se houver) a ser executado por uma Empreiteira designada pelo Contratante

para a realização do Projeto.

"ano" significa um ano civil.

## 1.2 Interpretação

---

- 1.2.1 No Contrato, salvo quando o contexto exigir outro significado:
- (a) palavras indicando um (1) gênero incluem todos os gêneros;
  - (b) as palavras que indicam o singular incluem também o plural, e as palavras que indicam o plural incluem também o singular;
  - (c) as referências à palavra "incluindo" (ou "incluem" ou "inclui") significam incluir, mas não se limitam a isso;
  - (d) quando uma expressão é definida, outra parte do discurso ou forma gramatical dessa expressão tem o significado correspondente;
  - (e) as referências a um número de dias ou período de tempo a partir de uma determinada data, serão calculadas exclusivamente a partir desta data;
  - (f) "consentimento" significa que o Contratante, o Contratado ou o Representante do Contratante (conforme o caso) concorda com ou dá permissão para o assunto solicitado;
  - (g) "pode" significa que a Parte ou pessoa referida tem a escolha de agir ou não no assunto referido;
  - (h) "deverá" significa que a Parte ou a pessoa referida tem a obrigação, nos termos do Contrato, de cumprir o dever referido;
  - (i) palavras indicando pessoas ou partes devem ser interpretadas como referindo-se a pessoas físicas e jurídicas (incluindo empresas e outras entidades jurídicas), exceto quando o contexto exigir o contrário;
  - (j) disposições incluindo a palavra "acordam", "acordaram" ou "acordo" requerem que o acordo seja registrado por escrito;
  - (k) "escrito" ou "por escrito" significa escrito à mão, datilografado, impresso ou feito eletronicamente, e resultando em um registro permanente; e
  - (l) uma referência a qualquer Lei, legislação ou disposição legislativa inclui qualquer modificação estatutária ou reativação, ou disposições legislativas que a substituam, e qualquer legislação subordinada emitida sob essa legislação ou disposição legislativa.
- 1.2.2 Em qualquer lista destas Condições, onde o último item da lista é seguido por "e", "ou" ou "e/ou", então todos os itens da lista anteriores a este item também devem ser lidos como se fossem seguidos por "e", "ou" ou "e/ou" (conforme o caso).
- 1.2.3 As palavras do cabeçalho e rodapé e outros títulos não devem ser levados em consideração na interpretação destas Condições Gerais.
- 1.2.4 Todas as datas e períodos devem ser determinados de acordo com o calendário gregoriano.
- 1.2.5 Quando são feitas referências no Contrato a códigos industriais ou técnicos e normas de acordo com as quais os Serviços devem ser realizados, a edição ou a versão revisada de tais códigos e normas em vigor no Início da Vigência do Contrato se aplica, a menos que

especificado de outra forma.

## 1.3 Idioma

---

- 1.3.1 O idioma para comunicação deve ser o inglês, o idioma destas Condições, que é o idioma principal do Contrato.
- 1.3.2 Salvo especificação em contrário nas Condições Particulares, os Documentos da Contratada deverão ser escritos em inglês.

## 1.4 Notificações e Outras Comunicações

---

- 1.4.1 Sempre que estas Condições prevejam a entrega ou emissão de uma Notificação, uma Notificação de Variação ou outra forma de comunicação incluindo, sem limitação, aprovações, consentimentos, instruções e decisões, então tal Notificação, Notificação de Variação ou comunicação deverá ser:
- (a) por escrito;
  - (b) identificada com referência à cláusula ou Subcláusula sob a qual é emitida;
  - (c) entregue em mãos (mediante recibo), ou enviada pelo correio ou por entregador; e
  - (d) marcado aos cuidados do representante relevante das Partes, conforme estabelecido no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*; e
    - (i) entregue no endereço indicado no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*; ou
    - (ii) enviado ou transmitido como documento, assinado, digitalizado e anexado em um e-mail para o endereço eletrônico estabelecido no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]* ou transmitido por qualquer forma de sistema de transmissão eletrônica acordado, estabelecido no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*.
- 1.4.2 Se uma Parte tiver notificado por escrito uma mudança de endereço ou endereço de e-mail, então a comunicação deverá ser entregue ao endereço de e-mail alterado ou endereço alterado de acordo.
- 1.4.3 Notificações e outras formas de comunicação entrarão em vigor a partir do momento em que forem recebidos, a menos que um horário posterior seja especificado.
- 1.4.4 Notificações e outras formas de comunicação são consideradas como recebidas:
- (a) no caso de uma entrega, quando entregue no endereço relevante (mediante confirmação de entrega); e
  - (b) no caso de um documento anexado a um e-mail, ao receber o e-mail na caixa de entrada do endereço do destinatário, desde que nenhuma notificação de não entrega tenha sido recebida pelo remetente.
- 1.4.5 Para evitar dúvidas, qualquer Notificação ou outra forma de comunicação não será considerada como tendo sido dada ou feita nos termos do Contrato se for um e-mail, exceto como um documento anexo de acordo com a Subcláusula 1.4.1 (d) (ii), ou na forma de atas de reunião.
- 1.4.6 Notificações e outras formas de comunicação não devem ser retidos ou atrasados injustificadamente.

## 1.5 Prioridade dos Documentos

---

- 1.5.1. Os documentos que formam o Contrato devem ser considerados como mutuamente explicativos e devem ser lidos como um todo. Para fins de interpretação, a prioridade dos documentos deverá estar de acordo com a ordem de prevalência conforme listada no Acordo Contratual.
- 1.5.2. Se o Contratado encontrar uma ambiguidade, conflito ou discrepância nos ou entre os documentos que formam o Contrato, o Contratado deverá notificar imediatamente o Representante do Contratante, descrevendo a ambiguidade, conflito ou discrepância. Após receber tal Notificação, ou se o próprio Contratante encontrar uma ambiguidade, conflito ou discrepância nos ou entre os documentos, o Representante do Contratante deverá emitir os esclarecimentos ou instruções necessárias.

## 1.6 Conformidade com as Leis

---

- 1.6.1 O Contratado se compromete a, ao executar os Serviços e todas as suas obrigações nos termos do Contrato, cumprir todas as Leis aplicáveis e que os Documentos do Contratado e os Serviços concluídos devem cumprir todas as Leis e/ou na medida exigida nos termos do Contrato.
- 1.6.2 Se a aplicação ou operacionalização de qualquer disposição ou parte do Contrato for proibida pelas Leis ou for tornada nula, inválida ou inexecutável, tal proibição, nulidade, invalidade ou inexecutabilidade não afetará a validade ou exequibilidade do restante dessa disposição e/ou quaisquer outras disposições do Contrato.
- 1.6.3 O Contratado deverá obter e cumprir todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações relevantes necessárias para executar os Serviços de acordo com o Contrato.
- 1.6.4 O Contratado deverá, a seu custo, a todo momento durante a execução dos Serviços, assegurar que qualquer Pessoal que execute qualquer parte dos Serviços seja registrado e licenciado conforme exigido por qualquer Lei aplicável e por qualquer Autoridade.
- 1.6.5 O Contratado deverá emitir todas as notificações, pagar todos os impostos, tarifas e taxas, conforme exigido pelas Leis em relação à execução dos Serviços.
- 1.6.6 Em relação ao cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato, o Contratado reconhece que as leis e regulamentos aduaneiros e de importação do País serão aplicáveis ao fornecimento e embarque de quaisquer produtos e componentes dos mesmos para o País. O Contratado reconhece especificamente que as leis e regulamentos de importação e alfândega do País acima mencionados proíbem, entre outras coisas, a importação de certos produtos e componentes para o País.
- 1.6.7 Para evitar qualquer dúvida, enquanto o Contratado deverá prestar os Serviços de acordo com quaisquer Leis aplicáveis, a Lei Aplicável ao Contrato será a lei indicada na Subcláusula 11.3. [Arbitragem].

## 1.7 Cessão ou Novação e Subcontratos

---

- 1.7.1 O Contratado reconhece e concorda que o Contratante pode, a seu critério absoluto, novar, ceder, transferir e/ou cobrar encargos decorrentes do Contrato e/ou quaisquer de seus direitos e responsabilidades, interesses e/ou encargos presentes ou futuros aqui descritos a qualquer terceiro, mediante notificação do mesmo ao Contratado.

- 1.7.2 O Contratado reconhece e concorda que, se exigido pelo Contratante, tomará todas as medidas adicionais necessárias para dar efeito à novação ou cessões, transferência ou cobrança na Subcláusula 1.7.1, incluindo a execução de uma novação ou de um contrato(s) de cessão.
- 1.7.3 O Contratado não terá direito, sem o prévio consentimento por escrito do Contratante, a novar ou ceder a terceiros seus interesses nos termos do Contrato ou qualquer direito ou encargo, decorrente do Contrato.
- 1.7.4 O Contratado não poderá subcontratar a execução de todo ou qualquer parte dos Serviços sem o consentimento escrito do Contratante. O consentimento do Contratante não será exigido quando o Subcontratado para a execução de parte dos Serviços estiver identificado na proposta do Contratado, aceita pelo Contratante e incorporada ao Contrato, ou estiver de outra forma incluída em qualquer dos documentos que constituem o Contrato.
- 1.7.5 O Contratante poderá nomear o(s) Subcontratado(s) Designado(s) e instruir o Contratado a adquirir e empregar o(s) Subcontratado(es) Nomeado(s) para parte ou um elemento dos Serviços sob o Contrato.
- 1.7.6 O consentimento do Contratante para qualquer acordo de subcontratação não isentará o Contratado de nenhuma das obrigações do Contratado nos termos do Contrato.

## 1.8 Direitos de Propriedade Intelectual do Contratante e do Contratado

---

- 1.8.1 O Contratante concede ao Contratado pelo o Prazo do Contrato uma licença não exclusiva, pessoal, intransferível e livre de royalties para usar, modificar, melhorar, alterar ou fragmentar o DPI do Contratante ou quaisquer Melhorias do mesmo, necessárias para a execução dos Serviços.
- 1.8.2 Quaisquer documentação e informações fornecidas pelo Contratante ao Contratado para fins de execução dos Serviços:
  - a) não deverá ser utilizado, copiado ou reproduzido pelo Contratado para qualquer outro fim; e
  - b) permanece propriedade do Contratante e deverá ser-lhe devolvido mediante solicitação, ou após a Conclusão Final dos Serviços ou antes da rescisão do Contrato.
- 1.8.3 O Contratado concede ao Contratante uma licença perpétua, irrestrita, não exclusiva, irrevogável, transferível, livre de royalties (com direito a sublicença) para usar para modificar, melhorar, alterar ou fragmentar (inclusive para fins de divulgação de informações ou documentação a terceiros) o DPI do Contratado ou quaisquer melhorias do mesmo, que são exigidas pelo Contratante para:
  - a) avaliação da execução dos Serviços;
  - b) o projeto, construção, comissionamento e/ou expansão das Obras; e
  - c) a operação, apoio e manutenção da Obra e o uso de Entregáveis, ou qualquer parte do Entregável, relacionado às Obras.
- 1.8.4 Todos os Novos DPI criados pelo Contratado na execução dos Serviços deverão ser transferidos imediatamente ao Contratante.
- 1.8.5 O Contratante concede ao Contratado uma licença não exclusiva e livre de royalties para usar, modificar, melhorar, alterar ou fragmentar os Novos DPI na medida do necessário para



a execução dos Serviços.

- 1.8.6 Antes e como condição de Conclusão Final dos Serviços ou no término do Contrato, o Contratado deverá fornecer ao Contratante toda a documentação, dados e outras informações que contenham os Novos DPI na posse do Contratado, em formato eletrônico e desbloqueado.

## 1.9 Direitos de Propriedade Intelectual de Terceiros

---

- 1.9.1 Se quaisquer DPIs de terceiros fizerem parte dos Serviços ou forem necessários para o uso e operacionalização de Entregáveis, o Contratado deverá assegurar que seja concedida ao Contratante uma licença para usar, modificar, melhorar, alterar ou fragmentar os DPIs de terceiros.
- 1.9.2 O Contratado deverá indenizar e isentar o Contratante contra e de qualquer outra Reivindicação (incluindo taxas legais e despesas) alegando uma infração que surja de ou em relação ao uso dos DPI de terceiros que façam parte dos Serviços.

## 1.10 Confidencialidade

---

- 1.10.1 Sujeito às Subcláusulas 1.10.2 a 1.10.5, as Partes deverão manter o sigilo e não deverão, sem o consentimento prévio por escrito da outra Parte, divulgar a terceiros os termos e condições do Contrato ou quaisquer documentos ou outras informações fornecidas direta ou indiretamente por qualquer das Partes em conformidade com o Contrato ou os Serviços, independentemente de tais informações terem sido fornecidas antes do Início da Vigência do Contrato ou a qualquer momento.
- 1.10.2 Ambas as Partes poderão divulgar os termos e condições do Contrato e quaisquer documentos e outras informações adquiridas por ela sob ou nos termos do Contrato sem o consentimento prévio por escrito da outra Parte, se tal divulgação for feita de boa-fé:
- 1.10.2.1. na medida exigida pelas leis aplicáveis;
  - 1.10.2.2. a qualquer seguradora sob uma apólice de seguro emitida de acordo com o Contrato;
  - 1.10.2.3. a seus órgãos internos, incluindo seus empregados, e à Assembleia Geral no caso do Contratante;
  - 1.10.2.4. a qualquer Subcontratado para o cumprimento das obrigações dessa Parte nos termos do Contrato;
  - 1.10.2.5. a Contratados ou Contratados externos por ou em nome da Parte divulgadora ou em seu nome e agindo nessa qualidade em conformidade com os Serviços (incluindo consultores de seguros, fiscais e jurídicos); ou
  - 1.10.2.6. às autoridades competentes dos Estados-Membros, de acordo com as obrigações do Contratante no âmbito da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas.
- 1.10.3 Quando a divulgação pelo Contratado é exigida pelas leis aplicáveis conforme Subcláusula 1.10.2 (a), o Contratado deverá consultar o Contratante a respeito dos privilégios e imunidades das Nações Unidas e compartilhar com o Contratante os termos e condições, documentos e/ou informações a serem divulgados antes de fazer tal divulgação.
- 1.10.4 As obrigações previstas nesta Subcláusula 1.10 não se aplicam às informações e documentos que:
- 1.10.4.1. agora ou no futuro tenham entrado em domínio público sem culpa da parte divulgadora; ou
  - 1.10.4.2. de outra forma, tornam-se legalmente disponíveis para a parte divulgadora de um terceiro sob nenhuma obrigação de confidencialidade.



- 1.10.5 A obrigação prevista nesta Subcláusula 1.10 permanecerá válida na conclusão, encerramento ou rescisão do Contrato.

## 1.11 Proibição de Beneficiar a um Funcionário e Práticas Proibidas

---

- 1.11.1 O Contratado garante que não se envolveu, ou tentou se envolver, de qualquer forma, em quaisquer Práticas Proibidas em conexão com o processo de seleção da proposta do Contratado ou a execução do Contrato ou quaisquer outras atividades do Contratante ou de qualquer outra entidade das Nações Unidas, envolvendo, de qualquer forma, qualquer pessoal do Contratante ou do Representante do Contratante, funcionários ou outro agente do Contratante ou de qualquer outra entidade das Nações Unidas.
- 1.11.2 Não obstante os períodos de notificação na Subcláusula 6.4.1 [Rescisão pelo Contratante], o Contratante reconhece e concorda que qualquer violação da Subcláusula 1.11.1 dará ao Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente após o fornecimento de uma Notificação ao Contratante, sem qualquer responsabilidade para com o Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer natureza.

## 1.12 Totalidade do Acordo

---

- 1.12.1 O Contrato constitui a totalidade do acordo entre o Contratante e o Contratado no que diz respeito ao objeto do Contrato e substitui todos os acordos prévios, representações, comunicações, negociações, acordos e contratos (sejam escritos ou orais) feitos entre as Partes ou celebrados pelas mesmas com relação ao objeto do Contrato antes do Início da Vigência do Contrato.
- 1.12.2 O Contrato ou aspectos do Contrato não deverão ser alterados, exceto por escrito, assinado por um representante devidamente autorizado de cada uma das Partes.

## 1.13 Responsabilidade Solidária

---

- 1.13.1 Se o Contratado constituir (sob as leis aplicáveis) uma JV:
- (a) os membros da JV serão considerados solidária e individualmente responsáveis perante o Contratante pelos Serviços e pelo cumprimento de todas as obrigações do Contratado nos termos do Contrato ou falha em relação ao mesmo. As ações de 1 (um) tal membro serão consideradas como totalmente vinculativas para os demais;
  - (b) o Contratado não deverá alterar sua composição ou status legal sem o prévio consentimento por escrito do Contratante.

## 1.14 Vias

---

- 1.14.1 O Contrato poderá ser assinado em qualquer número de vias, que juntas devem constituir um único e mesmo instrumento.

## 1.15 Contratado Independente

---

- 1.15.1 O Contratado deverá ser um Contratado independente executando o Contrato e não deverá ser considerado como funcionário ou agente do Contratante, exceto quando o Contratado for obrigado a executar a função definida conforme descrito na Subcláusula 3.9 [*Gerenciamento da Construção*]. O Contrato não cria nenhuma parceria, JV ou vínculo entre o Contratante, por um lado, e o Contratado, por outro.

- 1.15.2 O Contratado deverá obter o consentimento por escrito do Contratante antes de formar qualquer parceria ou outra forma de acordo com as Partes Interessadas do Projeto (Stakeholders) em relação aos Serviços sob o Contrato.
- 1.15.3 O Contratado deverá declarar assim que ele e/ou seus Subcontratados tomarem conhecimento de qualquer conflito de interesse real, potencial ou percebido em qualquer parceria existente ou outra forma de acordo ou circunstâncias ou assuntos com o Contratante e/ou Partes Interessadas no Projeto (Stakeholders) que possam interferir ou parecer interferir no cumprimento adequado de suas obrigações nos termos do Contrato.

## 1.16 Relação Contratual

---

- 1.16.1 Nenhuma disposição do Contrato se destina ou confere a qualquer terceiro (incluindo qualquer Subcontratado) qualquer benefício implícito ou direito executável por opção do terceiro contra o Contratante.

## 1.17 Renúncia

---

- 1.17.1 Nenhum dos termos, disposições ou Condições Gerais será considerado dispensado pelo Contratante a menos que uma renúncia seja dada por escrito pelo Contratante, devidamente assinada e datada. A renúncia deve especificar o direito e a medida em que está sendo renunciada.
- 1.17.2 Qualquer renúncia sob esta Subcláusula 1.17 não prejudica os privilégios e imunidades das Nações Unidas, das quais o Contratante é parte integrante, como expressamente reservado sob a Subcláusula 1.22. [*Privilégios e Imunidades*].

## 1.18 Publicidade e Uso do Nome, Logo do Contratante e as Nações Unidas

---

- 1.18.1 O Contratado não deve:
- (a) anunciar ou tornar público, para fins de vantagem comercial ou prestígio, que tem uma relação contratual com o Contratante ou com as Nações Unidas; ou
  - (b) de qualquer forma, faça uso do nome, logo ou selo oficial do Contratante ou das Nações Unidas, ou qualquer abreviação do nome do Contratante ou das Nações Unidas em conexão com seus negócios ou de outra forma, sem a prévia autorização por escrito do Contratante.
- 1.18.2 O Contratado poderá utilizar material e informações relacionadas aos Serviços e ao Projeto para fins de Licitação com o consentimento prévio por escrito do Contratante.
- 1.18.3 Esta Subcláusula 1.18 deverá sobreviver à conclusão, encerramento ou rescisão do Contrato.

## 1.19 Minas

---

- 1.19.1 O Contratado garante e representa que nem ele, nem nenhuma das subsidiárias ou afiliadas do Contratado (se houver) está envolvido na venda ou fabricação de minas que atentem contra a vida de seres humanos ou componentes utilizados na fabricação dessas minas.

- 1.19.2 Não obstante os prazos de notificação na Subcláusula 6.4.1 [Rescisão pelo Contratante], o Contratado reconhece e concorda que qualquer violação da Subcláusula 1.19.1 dará ao Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente após o fornecimento de uma Notificação ao Contratado sem qualquer responsabilidade do Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

## 1.20 Material Bélico Não Detonado

---

- 1.20.1 Se, a qualquer momento durante a execução dos Serviços, for descoberto nos Locais material bélico ou mina terrestre não detonada, o Contratado deverá imediatamente interromper todos os trabalhos nos Locais, notificar o Representante do Contratante e, se aplicável, tomar todas as medidas necessárias para garantir a segurança de todas as pessoas e bens e proteger os Locais. O Contratado deverá imediatamente retomar o trabalho nos Locais quando instruído pelo Contratante ou pelo Representante do Contratante. Qualquer atraso substancial está sujeito à Cláusula 10 [Reivindicações].

## 1.21 Explosões

---

- 1.21.1 O Contratado não deverá utilizar ou instruir o uso de qualquer explosivo sem a prévia autorização por escrito do Contratante. O Contratado deverá cumprir todos os regulamentos em vigor no País com relação ao armazenamento e uso de explosivos (incluindo o uso de pessoal licenciado). Caso o uso dos explosivos seja aprovado pelo Contratante, o Contratado deverá garantir que sejam utilizadas instalações de armazenamento apropriadas e aprovadas pelas autoridades competentes.
- 1.21.2 A aprovação ou recusa do Contratante em permitir o uso de explosivos não isentará o Contratado de nenhuma de suas garantias, obrigações ou responsabilidades sob ou em conformidade com o Contrato e o Contratado não terá direito a nenhum tempo adicional ou custos adicionais para a execução dos Serviços em relação a tal aprovação ou recusa.

## 1.22 Privilégios e Imunidades

---

- 1.22.1 Nada no ou relacionado ao Contrato será considerado como renúncia, expressa ou implícita, a qualquer um dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários, dos quais o Contratante é parte integrante, os quais são expressamente reservados por este instrumento.

## 1.23 Impostos e taxas

---

- 1.23.1 O Artigo II, Seção 7, da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas prevê, *inter alia*, que as Nações Unidas, incluindo o Contratante como órgão subsidiário, estão isentas de todos os impostos diretos, exceto taxas para serviços de utilidade pública, e estão isentas de restrições alfandegárias, direitos e encargos de natureza similar em relação aos artigos importados ou exportados para seu uso oficial. Caso qualquer Autoridade governamental se recuse a reconhecer as isenções do Contratante de tais impostos, restrições, impostos ou taxas, o Contratado deverá consultar imediatamente o Contratante para determinar um procedimento mutuamente aceitável.
- 1.23.2 O Contratado autoriza o Contratante a deduzir do pagamento do Contratado qualquer quantia representando tais impostos ou taxas, a menos que o Contratado tenha consultado o Contratante antes do pagamento e o Contratante tenha, em cada instância, autorizado

especificamente o Contratado a pagar tais impostos ou taxas em declaração por escrito. Nesse caso, o Contratado deverá fornecer ao Contratante prova escrita de que o pagamento de tais impostos ou taxas foi feito e devidamente autorizado, e o Contratante poderá reembolsar o Contratado por quaisquer impostos ou taxas assim autorizados pelo Contratante e pagos pelo Contratado sob declaração por escrito.

## 2 O CONTRATANTE

### 2.1 Direito de Acesso aos Locais

---

- 2.1.1 O Contratante dará ao Contratado o direito de acesso e uso não-exclusivo das partes dos Locais necessários aos Serviços, dentro do período (ou horários) estabelecido no Anexo 2.2 [*Planta(s) dos Local(is)*] e sujeito a quaisquer restrições de acesso delimitadas ou compartilhadas, conforme especificado no Anexo 2.2 [*Planta(s) dos Local(is)*].

### 2.2 Representante do Contratante

---

- 2.2.1 O Contratante nomeará o Representante do Contratante, que desempenhará as funções atribuídas no Contrato, e exercerá o poder delegado pelo Contratante. O Representante do Contratante será considerado como agindo em nome do Contratante nos termos do Contrato.
- 2.2.2 As funções e poderes delegados do Representante do Contratante estão expressos no Contrato e/ou especificados no Anexo 3.6 [*Delegações do Contratante*]. Não obstante os poderes delegados ao Representante do Contratante, o Contratante ainda exercerá sua plena autoridade nos termos do Contrato.
- 2.2.3 O Representante do Contratante não terá poderes para alterar o Contrato, isentar ou renunciar a qualquer dever, obrigação ou responsabilidade do Contratado sob ou em conformidade com o Contrato.

### 2.3 Informações

---

- 2.3.1 A fim de não atrasar o Contratado na execução dos Serviços, o Contratante deverá, dentro de um prazo razoável e de acordo com o Planejamento, fornecer ao Contratado, sem custos, todas as informações e quaisquer outros dados razoavelmente solicitados pelo Contratado, que possam pertencer aos Serviços e que estejam na posse do Contratante.
- 2.3.2 O Contratado envidará esforços razoáveis para revisar todas as informações fornecidas pelo Contratante ou por outros (em nome do Contratante) dentro de um prazo razoável após o recebimento. Na medida do possível, utilizando as disposições em Subcláusula 3.3 [*Padrão de Cuidados*], o Contratado deverá rever tais informações para assegurar que elas não contenham nenhum erro, omissão ou ambiguidade e deverá notificar imediatamente o Representante do Contratante sobre qualquer descoberta adversa.
- 2.3.3 No caso de qualquer erro, omissão ou ambiguidade (manifesta ou não) nas informações fornecidas ao Contratado pelo Contratante e notificadas pelo Contratado ao Contratante, o Representante do Contratante deverá retificar ou esclarecer tal erro, omissão ou ambiguidade através de Notificação e, quando necessário, deverá emitir uma Variação aos Serviços de acordo com a Cláusula 5 [*Variações aos Serviços*], conforme o caso.

### 2.4 Instruções e Aprovações

---

- 2.4.1 Em todos os assuntos encaminhados pelo Contratado ao Contratante por escrito, de acordo com o Contrato, o Contratante deverá tomar sua decisão, aprovação, consentimento, instrução ou Variação, conforme o caso, por escrito dentro de um prazo razoável e em observância ao Planejamento, de forma a não atrasar os Serviços.
- 2.4.2 Salvo disposição em contrário no Contrato, nenhum comentário, revisão, representação, inspeção, teste, certificado, consentimento, exame, aprovação, não objeção, instrução,

notificação, proposta, solicitação ou ato similar (incluindo ausência de desaprovação) por ou em nome do Contratante ou do Representante do Contratante deverá isentar, reduzir ou de outra forma afetar os compromissos, garantias, obrigações ou responsabilidades do Contratado, incluindo a responsabilidade por erros, omissões, discrepâncias e não-conformidades.

## 2.5 Assistência

---

- 2.5.1 Se solicitado pelo Contratado, o Contratante deverá (quando estiver em condições de fazê-lo) prestar prontamente assistência razoável ao Contratado, seu pessoal, assim como aos Subcontratados, se houver, dentro do País em:
- (a) fornecimento de documentos necessários para entrada, residência, trabalho e saída;
  - (b) fornecimento de acesso desobstruído onde quer que seja necessário para os Serviços;
  - (c) importação, exportação e desembaraço aduaneiro dos objetos pessoais e bens necessários para os Serviços; e
  - (d) proporcionar acesso a outras organizações para coleta de informações que devem ser obtidas pelo Contratado.
- 2.5.2 As Subcláusulas 2.5.1 (a) e (c) não se aplicam quando o País for um local de negócios principal e/ou registro do Contratado.

## 2.6 Pessoal e Serviços de Terceiros Fornecidos pelo Contratante, Equipamentos e Instalações do Contratante

---

- 2.6.1 O Contratante deverá disponibilizar ao Contratado os equipamentos e instalações descritos no Anexo 3.1 [*Escopo dos Serviços*] para a finalidade dos Serviços, em observância ao Cronograma e sem custo.
- 2.6.2 O Contratado será responsável por cada item dos equipamentos e/ou instalações do Contratante enquanto em uso, ocupação ou em posse dos mesmos.
- 2.6.3 Caso o Contratante não possa fornecer os equipamentos e instalações pelos quais é responsável, o Representante do Contratante poderá instruir o Contratado a providenciar um fornecimento alternativo de equipamentos e instalações e deverá emitir uma Variação aos Serviços de acordo com a Cláusula 5 [*Variações aos Serviços*].
- 2.6.4 O Contratante deverá providenciar, a seu próprio custo, o fornecimento de pessoal e serviços de terceiros, conforme descrito no Anexo 3.1 [*Escopo dos Serviços*]. O Contratado deverá cooperar com tal pessoal e os fornecedores de tais serviços, mas não será responsável por eles ou por sua execução.
- 2.6.5 Caso o Contratante não possa fornecer o pessoal ou serviços de terceiros pelos quais é responsável, o Contratante poderá instruir o Contratado a providenciar um fornecimento alternativo de pessoal e serviços de terceiros e deverá emitir uma Variação aos Serviços de acordo com a Cláusula 5 [*Variações aos Serviços*].

## 3 O CONTRATADO

### 3.1 Escopo dos Serviços

---

- 3.1.1 O Contratado deverá prestar os Serviços conforme estabelecido no Anexo 3.1 [*Escopo dos Serviços*], incluindo a obrigação do Contratado de retificar, a seu próprio custo, quaisquer defeitos nos Serviços que forem identificados durante a execução das Obras e até a expiração do Período de Responsabilidade.
- 3.1.2 O Contratado deverá executar os Serviços de acordo com o Cronograma, que poderá ser alterado de tempos em tempos, de acordo com o Contrato.

### 3.2 Garantia de Execução

---

- 3.2.1 O Contratado deverá obter (a custo do Contratado) uma Garantia de Execução incondicional e irrevogável para garantir a boa execução do Contrato pelo Contratado, no valor e na moeda especificados no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*]. Se nenhuma Garantia de Execução for declarada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], essa Subcláusula 3.2 não se aplicará.

### 3.3 Padrão de Cuidados

---

- 3.3.1 Apesar de qualquer termo ou condição em contrário no Contrato, qualquer documento relacionado, ou qualquer exigência legal do País ou qualquer outra jurisdição relevante (incluindo, para evitar dúvidas, a jurisdição do local de registro do Contratado), na execução dos Serviços, o Contratado deverá usar de toda a habilidade, cuidado e diligência razoável que se espera de um Contratado utilizando as Melhores Práticas do Setor e experiência na prestação de tais serviços para projetos de tamanho, natureza, complexidade e circunstâncias similares.
- 3.3.2 As Partes devem agir e trabalhar em conjunto num espírito de confiança mútua e cooperação.

### 3.4 Propriedade do Contratante

---

- 3.4.1 Tudo que for fornecido ou pago pelo Contratante para uso do Contratado será e permanecerá propriedade do Contratante. O Contratado empregará todos os esforços possíveis para cuidar e proteger tal propriedade do Contratante até a conclusão dos Serviços e/ou devolução de tal propriedade ao Contratante.

### 3.5 Representante do Contratado

---

- 3.5.1 O Representante do Contratado está nomeado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*].
- 3.5.2 O Contratado deverá notificar o Contratante sobre a extensão da autoridade outorgada ao Representante do Contratado, necessário para agir em nome do Contratado nos termos do Contrato. O Contratado é responsável por todos os atos e omissões do Representante do Contratado.
- 3.5.3 O Contratado não deverá, sem o consentimento prévio do Representante do Contratante,

revogar a nomeação do Representante do Contratado ou nomear um substituto. Uma vez que o Representante do Contratante dê seu consentimento, o Contratado deverá submeter ao Representante do Contratante para aprovação o nome e os dados da pessoa que o Contratado se propõe a substituir ao Representante do Contratado.

- 3.5.4 O Representante do Contratado deverá ser qualificado, experiente e competente nas principais características dos Serviços e ser fluente no idioma das comunicações definidas na Subcláusula 1.3 [*Idioma*].
- 3.5.5 Se exigido pelo Contratante, o Contratado deverá designar um indivíduo para se relacionar com o Representante do Contratante no País.

## 3.6 Equipe Chave

---

- 3.6.1 A Equipe Chave indicada pelo Contratado para prestar os Serviços estará sujeito à aceitação pelo Contratante com relação às suas qualificações, experiência e registro e/ou licença relevantes, de acordo com os requisitos mínimos do Anexo 3.7 [*Requisitos da equipe-chave*]. Tal aceitação não será recusada injustificadamente. A Equipe Chave, se houver, incluída na proposta do Contratado, bem como incluído como parte do Contrato no Anexo 4.4 [*Equipe Chave*] será considerada como aceita pelo Contratante ao firmar o Contrato.
- 3.6.2 Toda Equipe Chave deverá ser fluente no idioma para comunicações definido na Subcláusula 1.3 [*Idioma*].

## 3.7 Mudança na Equipe Chave

---

- 3.7.1 Se por qualquer motivo for necessário substituir qualquer um dos profissionais da Equipe Chave indicado pelo Contratado, este deverá providenciar tal substituição por uma pessoa(s) de qualificação adequada, experiência e registro e/ou licença válidos na prestação dos Serviços, tão logo seja razoavelmente possível. O Contratado deverá então submeter ao Contratante para consentimento o nome e os dados da(s) pessoa(s) substituta(s).
- 3.7.2 Quando a substituição for solicitada pelo Contratante, a solicitação deverá ser feita por meio de uma Notificação indicando os motivos da substituição; tais motivos deverão estar relacionados à prestação dos Serviços e deverão ser razoáveis e não vexatórios.
- 3.7.3 O custo de tal substituição deverá ser arcado pelo Contratado.

## 3.8 Subcontratados

---

- 3.8.1 O Contratado deverá assegurar que quaisquer Serviços executados por um Subcontratado e Subcontratado Designado estejam de acordo com o Contrato.
- 3.8.2 As obrigações do Contratado nos termos do Contrato não terão redução ou serão de alguma forma afetadas pela celebração de qualquer contrato com um Subcontratado e/ou Subcontratado Designado.
- 3.8.3 O Contratado será responsável e *liable* perante o Contratante pelos serviços de todos os Subcontratados e/ou Subcontratados Designados, pelo gerenciamento e coordenação de todos os serviços do Subcontratado e/ou Subcontratado Designado, e pelos atos, omissões ou inadimplências de qualquer Subcontratado e/ou Subcontratado Designado, de qualquer de seus agentes ou funcionários, como se fossem os atos ou inadimplências do Contratado.



### 3.9 Gerenciamento da Construção

---

- 3.9.1 Esta Subcláusula 3.9 somente se aplicará onde indicado nas Condições Particulares, se houver, e no Anexo 3.1 [*Escopo dos Serviços*] e Anexo 3.2 [*Delegações do Contratado*], nos quais o Contratado e qualquer um de seu Pessoal que seja requerido a desempenhar uma função definida sob um Contrato de Obras pelo Contratante.
- 3.9.2 O Contratado terá autoridade para agir em nome do Contratante na medida prevista no Contrato de Obras, conforme indicado no Anexo 3.1 [*Escopo dos Serviços*] e Anexo 3.2 [*Delegações do Contratado*]. Se a autoridade do Contratado nos termos do Contrato de Obras estiver sujeita à aprovação prévia do Contratante, então o Contratante garante que tal restrição à autoridade do Contratado deverá ser declarada no Contrato de Obras ou deverá ser dada a conhecer por escrito à Empreiteira nos termos do Contrato de Obras. Sempre que desempenhar funções ou exercer poderes, especificados ou implícitos no Contrato de Obras, o Contratado atuará como profissional qualificado e será considerado como agindo pelo Contratante, exceto no caso de acordos e determinações e conforme exigido pelas funções e obrigações no Contrato de Obras identificado.
- 3.9.3 No cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato de Obras, o Contratado somente será responsável perante o Contratante se o Contratado cometer uma violação do Contrato. O Contratado não se responsabilizará perante o Contratante pela execução do Contrato de Obras pela Empreiteira.
- 3.9.4 O Contratado não será responsável perante o Contratante ou a Empreiteira pelos meios, técnicas, métodos ou sequenciamento de qualquer aspecto do Contrato de Obras ou pela segurança ou adequação de qualquer das operações da Empreiteira. O Contratado terá, entretanto, a responsabilidade de exercer a Subcláusula 3.3 [*Padrão de Cuidados*] e fornecer notificações relevantes na execução dos Serviços relacionados com as funções do Contratado nos termos do Contrato de Obras.
- 3.9.5 Se for encontrada uma ambiguidade ou discrepância entre as obrigações do Contratado nos termos do Contrato e as obrigações do Contratado nos termos do Contrato de Obras, o Contratado deverá notificar o Contratante indicando o efeito de tal ambiguidade ou discrepância. O Contratante deverá retificar tal ambiguidade ou discrepância através de instruções assim que razoavelmente praticável e, quando necessário, deverá emitir uma Variação para os Serviços de acordo com a Cláusula 5 [*Variações para Serviços*].

### 3.10 Bebida Alcoólica ou Drogas

---

- 3.10.1 O Contratado não deverá trazer, importar, vender, dar, permutar ou de outra forma dispor de qualquer bebida alcoólica ou drogas nos locais, nem permitir ou sofrer qualquer importação, venda, presente, permuta ou descarte por seu Pessoal e/ou seu Subcontratados.

### 3.11 Armas, Munições e Explosivos

---

- 3.11.1 A menos que instruído ou permitido pelo Contratante por escrito, o Contratado e seu Subcontratado não deverão trazer ou armazenar nos locais, dar, permutar ou de outra forma dispor, a qualquer pessoa ou pessoas, quaisquer armas, munições ou explosivos de qualquer tipo ou permitir que o seu Pessoal ou seus Subcontratados o façam.

### 3.12 Festivais e Costumes Religiosos

---

- 3.12.1 O Contratado deverá, em todas as relações com seu Pessoal, ter em devida consideração todos os festivais, feriados e costumes religiosos ou outros reconhecidos.

### 3.13 Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho

---

- 3.13.1 O Contratado garante que cumprirá e garantirá que o Pessoal cumprirá a Declaração da OIT de 1998 sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as Oito Convenções Fundamentais da OIT, o que tiver os mais altos padrões. Estes direitos universais incluem a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório, a abolição do trabalho infantil e a eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação.
- 3.13.2 O Contratado deverá proporcionar um ambiente de trabalho seguro e protegido, todas as acomodações necessárias, instalações sanitárias e de bem-estar para seu Pessoal, de acordo com a Subcláusula 3.16 [*Saúde, Segurança, Gestão Social e Ambiental*] e deverá proporcionar comodidades nos Locais.
- 3.13.3 Não obstante os períodos de aviso na Subcláusula 6.4.1 [*Rescisão do Contrato*], o Contratado reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 3.13 dará ao Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente após a emissão de uma Notificação ao Contratado, sem qualquer responsabilidade do Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

### 3.14 Trabalho Infantil

---

- 3.14.1 O Contratado declara e garante que nem ele, nem seu Pessoal ou qualquer uma das subsidiárias do Contratado ou de suas Afiliadas (se houver) estão envolvidos em qualquer prática inconsistente com os direitos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Artigo 32, que, *inter alia*, exige que uma criança seja protegida de realizar qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou ao desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança.
- 3.14.2 Não obstante os períodos de notificação na Subcláusula 6.4.1 [*Rescisão pelo Contratante*], o Contratado reconhece e concorda que qualquer violação da Subcláusula 3.14.1 dará ao Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente após a emissão de uma Notificação ao Contratado sem qualquer responsabilidade para com o Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

### 3.15 Assédio sexual, exploração e abuso

---

- 3.15.1 O Contratado deverá tomar todas as medidas apropriadas, incluindo quaisquer outros requisitos (se houver) estabelecidos na Especificação, para evitar o assédio sexual, exploração ou abuso de qualquer um de seu Pessoal. Para esses fins, assédio, exploração e abuso sexual incluem atividade sexual com qualquer pessoa com menos de 18 (dezoito) anos de idade, independentemente de quaisquer Leis do País relacionadas ao consentimento, a menos que tal atividade sexual seja consensual entre 2 (duas) pessoas que sejam casadas e tal casamento seja reconhecido como válido sob as Leis do País de cidadania de tal Pessoal.
- 3.15.2 Além disso, o Contratado deverá abster-se e tomar todas as medidas razoáveis e apropriadas para proibir seus funcionários ou outras pessoas contratadas e controladas por ele de trocar qualquer dinheiro, bens, serviços ou outras coisas de valor, por favores ou atividades sexuais, ou de se envolver em qualquer atividade sexual que seja exploradora ou degradante para qualquer pessoa.

- 3.15.3 Não obstante os períodos de notificação na Subcláusula 6.4.1 [*Rescisão pelo Contratante*], o Contratado reconhece e concorda que qualquer violação da Subcláusula 3.15.1 e/ou da Subcláusula 3.15.2 dará ao Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente após o fornecimento de uma Notificação sem qualquer responsabilidade para o Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

## 3.16 Saúde, Segurança, Gestão Social e Ambiental

---

- 3.16.1 Dentro de 21 (vinte e um) dias da Data de Início, o Contratado deverá apresentar ao Representante do Contratante o Plano de Gerenciamento de Saúde e segurança no trabalho e o Plano de Gerenciamento Social e Ambiental especificamente preparados para os Serviços. Posteriormente, sempre que os Planos forem atualizados ou revisados, uma cópia deverá ser imediatamente submetida ao Representante do Contratante.
- 3.16.2 O Contratado deverá cumprir com os requisitos de saúde, segurança no trabalho, sociais e ambientais conforme estabelecido no Anexo 3.1 [*Escopo dos Serviços*] e outros requisitos estatutários, leis, códigos e normas aplicáveis aos serviços no País, e quaisquer requisitos que o Representante do Contratante deverá notificar o Contratado, de tempos em tempos, até a emissão do Certificado de Conclusão Final.
- 3.16.3 O Contratado deverá apresentar ao Representante do Contratante todos os procedimentos e documentos de conformidade especificados no Contrato para informação, incluindo declarações de métodos de trabalho seguros, avaliações de risco, registros que demonstrem que o pessoal foi informado das avaliações de risco, controles críticos e outras informações que o ajudem a abordar os principais riscos à saúde e segurança no trabalho.
- 3.16.4 O Contratado será responsável pela saúde e segurança no trabalho de seu Pessoal.
- 3.16.5 O Contratado deverá envidar esforços razoáveis para manter suas áreas de trabalho livres de obstruções desnecessárias para evitar o perigo às pessoas e deverá fornecer cercas, iluminação, guarda, que podem ser necessárias, devido à execução dos Serviços, para o uso e proteção do público e dos proprietários e ocupantes de terrenos adjacentes.
- 3.16.6 O Contratado deverá proporcionar ao Representante do Contratante acesso razoável aos registros e instalações do Contratado, para permitir que o Representante do Contratante avalie a conformidade do Contratado com esta Subcláusula 3.16.
- 3.16.7 No caso de qualquer surto de doença de natureza epidêmica, o Contratado deverá cumprir e executar os regulamentos, ordens e exigências que possam ser feitas pelas autoridades competentes ou autoridades médicas ou sanitárias locais com a finalidade de lidar com ou combater a epidemia.
- 3.16.8 Não obstante qualquer outro direito ou recurso que o Contratante possa ter, o Contratado concorda que, caso não cumpra com suas obrigações de saúde e segurança no trabalho, conforme estabelecido no Contrato, o Representante do Contratante poderá emitir um Aviso de Melhoria de Saúde e segurança no trabalho para o Contratado. Esta Notificação deverá ser feita nos termos da Subcláusula 6.4 [*Rescisão do Contrato*]. Neste caso, o Contratado será responsável por implementar quaisquer medidas corretivas necessárias para cumprir com a Notificação de Melhoria de Saúde e segurança no trabalho, e conforme possa ser instruído pelo Representante do Contratante no Aviso, a seus próprios custos.
- 3.16.9 Em caso de violação de uma Notificação de Melhoria de Saúde e Segurança pelo Contratado, o Contratante terá o direito de rescindir o Contrato nos termos da Cláusula 6 [*Suspensão dos Serviços e Rescisão do Contrato*].
- 3.16.10 Além disso, o Representante do Contratante terá o direito de suspender todos ou parte dos Serviços durante e enquanto o Contratado continuar violando suas obrigações de saúde e segurança no trabalho e até que tenha tomado quaisquer medidas corretivas necessárias, a

suas próprias custas, conforme instruído pelo Representante do Contratante e a contento do mesmo. Para evitar dúvidas, no caso de tal suspensão, o Contratado não terá direito a uma EDP ou qualquer aumento do Valor Aceito no Contrato, de acordo com a Subcláusula 6.3 *[Efeitos da Suspensão dos Serviços]*.

- 3.16.11 No caso de risco iminente, não obstante qualquer outra disposição do Contrato, o pessoal do Contratante terá o direito de suspender imediatamente todos ou parte dos Serviços oralmente, conforme for apropriado. O Representante do Contratante deverá ser informado o mais rápido possível e deverá avaliar a situação e instruir o Contratado sobre quaisquer medidas corretivas que possam ser necessárias antes que os Serviços possam ser retomados. O Contratante deverá então confirmar a suspensão e as medidas corretivas por escrito no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 3.16.12 O Contratado também deverá pagar quaisquer multas e custos de remediação conforme especificado no Contrato, se houver, e/ou conforme possa ser imposto pela Autoridade pertinente por violações de saúde, segurança no trabalho, sociais e ambientais.
- 3.16.13 No caso de qualquer incidente relacionado à saúde e segurança no trabalho que possa ocorrer durante a execução dos Serviços, o Representante do Contratado deverá, o mais rápido possível e dentro de não mais de vinte e quatro (24) horas após o incidente, apresentar ao Representante do Contratante um relatório detalhando o incidente.
- 3.16.14 O Contratado deverá tomar todas as medidas necessárias para proteger o meio ambiente (tanto no local como fora dele) e aderir consistentemente ao Plano de Gerenciamento Social e Ambiental para a execução dos Serviços e deverá, a todo momento:
- (a) cumprir suas obrigações decorrentes do Contrato de forma ambiental e socialmente responsável, garantindo que todas as precauções necessárias sejam tomadas para evitar impactos negativos no meio ambiente e nas comunidades, de acordo com as Melhores Práticas do Setor;
  - (b) limitar danos e incômodos a pessoas e bens resultantes da poluição, ruído, vibração e outros resultados de suas operações. Caso ocorram danos ou incômodos, medidas de mitigação e reparação devem ser tomadas pelo Contratado a seu custo;
  - (c) cumprir as políticas, diretrizes, procedimentos e requisitos especificados no Anexo 3.1 *[Escopo dos Serviços]* e as políticas, diretrizes, padrões, procedimentos e requisitos de todas as Autoridades relevantes referentes à proteção do meio ambiente; e
  - (d) assegurar que as emissões, descargas superficiais, efluentes e quaisquer outros poluentes provenientes das atividades do Contratado não excedam os valores indicados no Contrato e como de outra forma prescrito por Leis do País.

## 3.17 Sistema de Gestão da Qualidade

---

- 3.17.1 O Contratado deverá preparar e implementar um SGQ para assegurar que os Serviços, conforme estabelecido no Anexo 3.1 *[Escopo dos Serviços]*, sejam executados e concluídos de acordo com as exigências do Contrato.
- 3.17.2 O SGQ deverá ser especificamente preparado para os Serviços e submetido ao Contratante juntamente com o Cronograma identificado na Subcláusula 4.3 *[Cronograma]*.
- 3.17.3 O Contratado deverá realizar uma revisão interna do SGQ regularmente e submeter os resultados de tais revisões internas ao Representante do Contratante juntamente com quaisquer medidas propostas para melhorar e/ou retificar o SGQ e/ou sua implementação.

Posteriormente, sempre que o SGQ for atualizado ou revisado, uma cópia deverá ser imediatamente submetida ao Representante do Contratante.

## 4 INÍCIO E CONCLUSÃO

### 4.1 Data de Vigência do Contrato

---

- 4.1.1 O Contrato entra em vigor e efeito na data da última assinatura pelas Partes.

### 4.2 Início e Conclusão dos Serviços

---

- 4.2.1 Os Serviços começarão na Data de Início, conforme indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] e durarão até a Conclusão Final dos Serviços.
- 4.2.2 O Contratado deverá concluir os Serviços conforme identificado no Anexo 3.1 [*Escopo dos Serviços*], dentro do Prazo de Execução conforme indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], incluindo a apresentação de todas as informações e/ou documentação que esteja indicada no Contrato como sendo necessária para que os Serviços sejam concluídos para fins da Conclusão Final dos Serviços.
- 4.2.3 O cumprimento das obrigações do Contratado não será considerado concluído até que o Representante do Contratante tenha emitido o Certificado de Conclusão Final ao Contratado, indicando a data em que as obrigações foram concluídas.
- 4.2.4 A Conclusão Final dos Serviços não isentará o Contratado de sua obrigação de retificar a seu próprio custo qualquer defeito nos Serviços que possa ocorrer durante e até a expiração do Período de Responsabilidade, conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*].

### 4.3 Cronograma

---

- 4.3.1 Dentro de 14 (quatorze) dias a partir da Data de Início, o Contratado deverá apresentar seu Cronograma detalhado ao Representante do Contratante, o qual deverá incluir, no mínimo:
- (a) a ordem e os prazos em que o Contratado pretende realizar os Serviços a fim de concluir os Serviços até o Prazo para Conclusão;
  - (b) quaisquer marcos estipulados no Anexo 3.4 [*Requisitos do Cronograma*] ou em qualquer outra parte do Contrato para a entrega de qualquer parte dos Serviços e/ou Entregáveis ao Contratante;
  - (c) os marcos em que decisões, consentimentos, aprovações ou informações do Contratante ou de terceiros devem ser entregues ao Contratado; e
  - (d) quaisquer outros requisitos indicados no Anexo 3.4 [*Requisitos do Cronograma*] e de acordo com o Anexo 4.2 [*Cronograma*].
- 4.3.2 O Cronograma será utilizado para monitorar o progresso dos Serviços sob o Contrato, e o Representante do Contratante deverá contar com o Cronograma para o gerenciamento do Contrato. O Representante do Contratante poderá solicitar ao Contratado que apresente um Cronograma revisado a qualquer momento se o Cronograma não cumprir com o Contrato, ou deixar de refletir o progresso real.
- 4.3.3 A menos que o Representante do Contratante notifique o Contratado dentro de 14 (quatorze) dias após o recebimento do Cronograma, informando até que ponto este não cumpre o Contrato, o Contratado deverá proceder de acordo com o Cronograma, sujeito a suas outras obrigações nos termos do Contrato.

- 4.3.4 As Partes deverão notificar imediatamente uma à outra sobre quaisquer eventos ou circunstâncias específicas, reais ou prováveis no futuro, que possam afetar adversamente ou atrasar a prestação dos serviços.

## 4.4 Atrasos

---

- 4.4.1 Sujeito à Cláusula 10 [*Reivindicações*], o Contratado terá direito a uma EDP se e na medida em que a conclusão dos Serviços for ou será atrasada por qualquer uma das seguintes causas:
- (a) uma Variação dos Serviços (excluindo as Variações necessárias devido a um ato, omissão ou inadiplência do Contratado ou de seu Pessoal);
  - (b) qualquer atraso, impedimento ou lentidão causada ou atribuível ao Contratante, ou a outros consultores do Contratante, empreiteiras ou outros terceiros;
  - (c) um evento de Força Maior; ou
  - (d) qualquer outro evento ou circunstância que dê direito a um EDP nos termos do Contrato.
- 4.4.2 Quando quaisquer circunstâncias referidas na Subcláusula 4.4.1 fizerem com que o Contratado incorra em custos adicionais, então sujeito à Cláusula 10 [*Reivindicações*] e de acordo com a Subcláusula 7.1.2 [*Pagamento ao Contratado*], o Contratado terá direito ao pagamento de tais custos fundamentados. Assim que razoavelmente praticável, o Contratado deverá informar o Representante do Contratante sobre a ocorrência dos Custos adicionais através da emissão de uma Notificação.
- 4.4.3 Qualquer EDP deverá considerar o Cronograma, quaisquer restrições nele contidas e atrasos simultâneos.
- 4.4.4 A despeito de outras disposições do Contrato, o Representante do Contratante pode, a critério exclusivo e absoluto do Contratante, a qualquer momento, fazer uma EDP justa e razoável. O Representante do Contratante não tem obrigação de conceder, ou de considerar se deve conceder uma EDP e não é obrigado a exercer esse critério em benefício do Contratado.
- 4.4.5 Se o Contratado não cumprir com o Prazo de Execução conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] e qualquer EDP aprovada, o Contratante poderá aplicar os Danos por Atraso o percentual indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] e recuperar o valor devido de acordo com a Subcláusula 7.7 [*Compensação*].
- 4.4.6 O valor total dos Danos por Atraso não deverá exceder o valor máximo agregado indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*]. Quando nenhum valor máximo for identificado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], o valor máximo será de 10 (dez) por cento do Valor Aceito no Contrato.
- 4.4.7 Estes Danos por Atraso não eximirá o Contratado de suas obrigações de completar os Serviços ou quaisquer outros deveres, obrigações ou responsabilidades que ele possa ter sob este Contrato.
- 4.4.8 Se o valor cumulativo dos Danos por Atraso atingir o valor máximo estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], o Contratante poderá rescindir o Contrato de acordo com a Subcláusula 6.4 [*Rescisão do Contrato*].

## 4.5 Evolução dos Serviços

---



- 4.5.1 Se, por qualquer razão que não der direito ao Contratado a uma EDP, a evolução dos Serviços for insuficiente para garantir a conclusão dos Serviços até o momento da Conclusão, na opinião razoável do Contratante, então o Representante do Contratante poderá notificar o Contratado para esse fim.
- 4.5.2 Ao receber tal Notificação, o Contratado deverá rever a Cronograma e emitir uma Notificação ao Contratante descrevendo as medidas que o Contratado pretende implementar (a custo do Contratado) a fim de completar os Serviços de acordo com o Prazo para Conclusão.

## 4.6 Força Maior

---

- 4.6.1 Se uma Parte está ou será impedida de cumprir qualquer uma de suas obrigações sob o Contrato por, ou devido a, Força Maior, então ela deverá notificar a outra Parte fornecendo uma descrição da Força Maior juntamente com uma avaliação de seus efeitos na capacidade da Parte de cumprir com suas obrigações sob o Contrato. A Notificação deverá ser feita dentro de 7 (sete) dias a partir do momento em que a Parte tomar conhecimento, ou deveria ter tomado conhecimento, do evento ou circunstância que constitua uma Força Maior. A Parte que tiver dado a Notificação, será dispensada do cumprimento de tais obrigações enquanto os efeitos da Força Maior impedirem tal cumprimento.
- 4.6.2 Se os serviços forem atrasados e/ou suspensos em razão de tal Força Maior, o Contratado terá direito a uma EDP. Para evitar dúvidas, se o Contratado for instruído pelo Representante do Contratante para implementar medidas de mitigação relacionadas a Força Maior, estas serão consideradas como tendo sido dadas sob a Cláusula 5 [*Variação dos Serviços*].
- 4.6.3 Força Maior pode incluir, mas não se limita a, os seguintes eventos ou circunstâncias, desde que as condições estabelecidas na Subcláusula 1.1 [*Definições*] para Força Maior sejam satisfeitas:
- (a) guerra (quer seja declarada ou não), invasão ou ato de inimigos estrangeiros dentro do País;
  - (b) rebelião, terrorismo, revolução, insurreição, poder militar ou usurpado, ou guerra civil dentro do País;
  - (c) munições de guerra, radiação ionizante ou contaminação por radioatividade dentro do País, exceto se puder ser atribuído ao uso por parte do Contratado de tais munições, explosivos, radiação ou radioatividade;
  - (d) terremoto, furacão, tufão, tsunamis, atividade vulcânica, incêndio ou outro desastre natural que esteja fora da faixa normal para aquele lugar naquela época do ano, mas excluindo outras condições climáticas que deveriam razoavelmente ter sido previstas pela Parte que alega a Força Maior e que não sejam excepcionalmente adversas;
  - (e) epidemia ou pandemia no país declarada pelas autoridades sanitárias; ou
  - (f) medidas e/ou ações tomadas pelas Autoridades que impeçam a prestação dos Serviços previstos no Contrato. Tais medidas e/ou ações não constituem um evento de Força Maior se a ação da Autoridade for devida ao não cumprimento, pelo Contratado, das Leis do País, regulamentos ou procedimentos aplicáveis de acordo com a Subcláusula 3.3 [*Padrão de Cuidados*].
- 4.6.4 O Contratado reconhece e concorda que, com respeito a qualquer de suas obrigações nos termos do Contrato, o Contratado estará cumprindo tais obrigações em áreas nas quais as Nações Unidas, incluindo o Contratante, esteja engajado, preparando-se para engajar ou desobrigar-se de operações de manutenção da paz, humanitárias ou de recuperação de desastres ou operações similares e quaisquer atrasos ou falhas no cumprimento de tais



obrigações decorrentes de ou relacionadas a condições severas dentro de tais áreas, não constituirão, por si só, um evento de Força Maior, a menos que as condições estabelecidas na Subcláusula 1.1 [Definições] para Força Maior sejam satisfeitas.

## 5 VARIAÇÕES NOS SERVIÇOS

### 5.1 Variações

---

- 5.1.1 A qualquer momento antes da Conclusão Final dos Serviços, o Contratante poderá solicitar ao Contratado uma alteração dos Serviços. Tal solicitação deverá ser feita por escrito através de uma Notificação.
- 5.1.2 Uma Notificação poderá ser emitida a respeito de qualquer:
- (a) solicitação de mudança para o Anexo 3.1 [Escopo dos Serviços];
  - (b) omissão de parte dos Serviços;
  - (c) mudanças na sequência ou no prazo especificado de execução dos Serviços;
  - (d) mudanças no método de prestação dos Serviços;
  - (e) provisão do Contrato exigindo a emissão de uma Variação; ou
  - (f) proposta apresentada pelo Contratado (a pedido do Contratante ou não) e aceita por escrito pelo Contratante.
- 5.1.3 Dentro de 14 (quatorze) dias (ou outro prazo acordado com o Contratante) do recebimento da Notificação escrita do Contratante, o Contratado deverá apresentar uma proposta, indicar (com evidências e justificativas) que não possui as habilidades ou recursos relevantes para realizar a solicitação de variação, ou indicar que considera que a solicitação de variação mudará substancialmente a extensão ou natureza dos Serviços ao Representante do Contratante. Tal proposta deverá incluir tempo e/ou custos adicionais, e detalhes do impacto estimado sobre o Cronograma, se houver.
- 5.1.4 Assim que possível, após ter recebido tais propostas e/ou Notificações do Contratado, o Representante do Contratante deverá responder com aprovação, desaprovação ou comentários à proposta. O Contratado estará então vinculado a qualquer Notificação de Variação emitida pelo Contratante.
- 5.1.5 O Contratado não fará qualquer outra alteração nos Serviços, a menos que, e, até que o Contratante instrua uma Notificação de Variação sob esta Subcláusula 5.1.

### 5.2 Avaliação da Variação

---

- 5.2.1 O Representante do Contratante e o Contratado deverão acordar o valor de qualquer Variação, ou seu método de mensuração, incluindo seu impacto (se houver) sobre outras partes dos Serviços, o Cronograma e o Prazo para Conclusão.
- 5.2.2 O valor de qualquer Variação deverá ser determinado com base nos custos e/ou preços incluídos no Anexo 4.1 [Honorários e Custos Reembolsáveis], se houver alguma disponível e relevante. Quando os custos e/ou preços não forem aplicáveis à Variação, então custos e/ou preços razoáveis deverão ser acordados pelas Partes.
- 5.2.3 Se os Serviços forem alterados de acordo com as disposições da Cláusula 5 [Variações dos Serviços], o Contratado terá direito a ajustes no Valor Aceito no Contrato de acordo com a

Subcláusula 7.1 [*Pagamento ao Contratado*], conforme aplicável.

## 5.3 Ajustes para Mudanças nas Leis

---

- 5.3.1 O Valor Aceito no Contrato será ajustado para levar em conta qualquer aumento ou diminuição no Custo resultante de uma mudança nas Leis feitas e/ou oficialmente publicadas após o Início da Vigência do Contrato, que afetem qualquer uma das Partes no cumprimento das obrigações previstas no Contrato.

# 6 SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS E RESCISÃO DO CONTRATO

## 6.1 Suspensão dos Serviços

---

- 6.1.1 O Contratante poderá suspender a totalidade ou parte dos Serviços a seu exclusivo critério e por qualquer razão, dando um aviso de 14 (quatorze) dias ao Contratado. Ao receber tal Notificação, o Contratado deverá imediatamente tomar providências para interromper os Serviços e minimizar os gastos.
- 6.1.2 Em caso de suspensão dos Serviços pelo Contratante, o Contratado poderá ter direito a uma EDP e/ou Custo. Nesse caso, o Contratado deverá notificar o Contratante de acordo com a Cláusula 10 [*Reivindicações*].
- 6.1.3 O Contratado poderá suspender a totalidade ou parte dos Serviços nas seguintes circunstâncias:
- (a) Quando o Contratado não tiver recebido o pagamento de uma fatura ou parte de uma fatura, conforme o caso, até a data de vencimento do pagamento de tal fatura e o Contratante não tiver emitido uma Notificação válida de acordo com Subcláusula 7.4 [*Faturas Contestadas*] indicando os motivos para o não pagamento da fatura ou parte dela, sujeito à notificação do Contratado com 14 (quatorze) dias de antecedência ao Contratante; e
  - (b) Quando surgir um evento de Força Maior, o Contratado poderá suspender a(s) parte(s) dos Serviços afetados pelo evento de Força Maior pela duração do evento de Força Maior, desde que o Contratado tenha notificado o Contratante de acordo com a Subcláusula 4.6 [*Força Maior*], e utilize esforços razoáveis para evitar ou minimizar tal suspensão.

## 6.2 Retomada dos Serviços Suspensos

---

- 6.2.1 Quando os Serviços tiverem sido suspensos sob a Subcláusula 6.1.1 [*Suspensão de Serviços*], o Contratado deverá retomar os Serviços ou parte deles, dentro de 14 (quatorze) dias do recebimento da Notificação do Contratante ou dentro do prazo indicado na Notificação instruindo o Contratado a retomar os Serviços ou parte deles.
- 6.2.2 Quando os Serviços tiverem sido suspensos sob a Subcláusula 6.1.3 [*Suspensão de Serviços*], o Contratado deverá retomar os Serviços ou parte deles, tão logo seja razoavelmente praticável após os assuntos que deram origem à suspensão cessarem.

## 6.3 Efeitos da Suspensão dos Serviços

---

- 6.3.1 O Contratado deverá ser pago pelos Serviços executados de acordo com o Contrato até a data de suspensão dos Serviços ou parte deles.
- 6.3.2 Durante o período de suspensão de todos ou parte dos Serviços, o Contratado deverá assegurar, na medida do razoavelmente praticável, a segurança, manutenção e custódia dos Serviços de forma a evitar a deterioração ou perda.
- 6.3.3 Se durante a suspensão e na retomada dos Serviços ou parte deles, o Contratado incorrer em Custos, então:
- (a) tão logo seja razoavelmente possível, o Contratado deverá informar o Contratante, mediante a emissão de uma Notificação indicando a Reivindicação de acordo com a Cláusula 10 [Reivindicações]; e
  - (b) o Valor Aceito no Contrato será ajustado de acordo com a Subcláusula 7.1.2 [Pagamento ao Contratado].
- 6.3.4 Como efeito da suspensão, o Prazo para Conclusão será emendado de acordo com a Subcláusula 4.4 [Atrasos] e deverá ser refletido no Cronograma.
- 6.3.5 O Contratado deverá tomar medidas razoáveis para minimizar os efeitos da suspensão dos Serviços ou parte deles.

## 6.4 Rescisão do Contrato

---

- 6.4.1 Rescisão pelo Contratante
- (a) Se o Contratado estiver violando um termo ou condição do Contrato, o Contratante poderá notificar o Contratado descrevendo a violação e a solução exigida pelo Contrato. Se o Contratado não tiver tomado providências para sanar a violação dentro de vinte e oito (28) dias após a emissão da Notificação, então o Contratante poderá rescindir o Contrato ao dar uma Notificação de 14 (quatorze) dias ao Contratado.
  - (b) Não obstante os prazos de notificação na Subcláusula 6.4.1 (a), se o Contratado entrar em falência ou insolvência, entrar em liquidação, tiver uma ordem de recebimento ou de administração contra ele, fizer uma composição com seus credores, ou realizar suas atividades sob um administrador judicial, curador ou gerente em benefício de seus credores, ou se qualquer ato ou evento que (de acordo com as Leis aplicáveis) tenha efeito semelhante a qualquer um desses atos ou eventos, o Contratante poderá rescindir o Contrato com efeito imediato após a emissão de uma Notificação apropriada.
  - (c) Não obstante os períodos de notificação na Subcláusula 6.4.1 (a), se o Contratado violar a Subcláusula 1.11 [Proibição de Beneficiar a um Funcionário e Práticas Proibidas], Subcláusula 1.19 [Minas], Subcláusula 3.14 [Trabalho Infantil], Subcláusula 3.15 [Assédio Sexual, Exploração e Abuso], ou Cláusula 9 [Seguro] o Contratante pode rescindir o Contrato com efeito imediato após a emissão de uma Notificação apropriada.
  - (d) A seu critério exclusivo ao dar ao Contratado uma Notificação de 28 (vinte e oito) dias, o Contratante poderá rescindir o Contrato por conveniência.
  - (e) Quando um evento de Força Maior levar a uma suspensão dos Serviços por mais de 168 (cento e sessenta e oito) dias, o Contratante poderá rescindir o Contrato mediante aviso prévio de 14 (quatorze) dias ao Contratado.
  - (f) Ao término do Contrato pelo Contratante, o Contratado deverá interromper a prestação dos Serviços prontamente e tomar todas as providências necessárias ou que possam ser instruídas pelo Contratante para transferir qualquer um dos Documentos, DPIs e equipamentos do Contratado para o Contratante, conforme aplicável.

#### 6.4.2 Rescisão por parte do Contratado

- (a) Se os Serviços tiverem sido suspensos sob a Subcláusula 6.1.1 e 6.1.3 (b) [*Suspensão de Serviços*] por mais de 168 (cento e sessenta e oito) dias, o Contratado poderá rescindir o Contrato mediante aviso prévio de 14 (quatorze) dias ao Contratante.
- (b) Se os Serviços tiverem sido suspensos sob a Subcláusula 6.1.3 (a) [*Suspensão de Serviços*] por mais de 42 (quarenta e dois) dias, o Contratado poderá rescindir o Contrato mediante Notificação ao Contratante com 14 (quatorze) dias de antecedência.

### 6.5 Efeitos da Rescisão

---

- 6.5.1 O Contratado deverá ser pago pelos serviços executados de acordo com o Contrato até a data de rescisão do mesmo.
- 6.5.2 Se o Contrato for rescindido de acordo com a Subcláusula 6.4.1 (a), (b) ou (c) [*Rescisão do Contrato*] o Contratante deverá, sem prejuízo de quaisquer outros direitos que o Contratante possa ter nos termos do Contrato, ter direito a:
  - (a) reaver do Contratado todos os Documentos, informações, cálculos e outros Entregáveis do Contratado, seja em formato eletrônico ou outro, pertencentes aos Serviços realizados até a data de rescisão, necessários para que o Contratante possa completar os Serviços por si mesmo ou com a assistência de outro contratado (todos os documentos em formato eletrônico deverão ser acessíveis e editáveis), incluindo as DPLs;
  - (b) reivindicar compensação por custos razoáveis incorridos diretamente como consequência da rescisão, incluindo, mas não se limitando aos custos adicionais incorridos para providenciar que os Serviços sejam completados por outro contratado;
  - (c) Retenção de pagamentos devidos ao Contratado:
    - (i) até que todos os custos incorridos pelo Contratante sob a Subcláusula 6.5.2 (b) tenham sido estabelecidos e o valor devido seja recuperado de acordo com a Subcláusula 7.7 [*Compensação*]; e
    - (ii) todos os Documentos do Contratado, informações, cálculos e outros entregáveis necessários para que o Contratante possa completar os Serviços foram recebidos.
- 6.5.3 O Contratante deve tomar todas as medidas razoáveis para minimizar tais custos e deve agir rapidamente, sem demora, para estabelecer seus próprios custos sob a Subcláusula 6.5.2 (b).
- 6.5.4 Se o Contrato for rescindido de acordo com a Subcláusula 6.4.1 (d) ou (e) [*Rescisão do Contrato*] ou Subcláusula 6.4.2 [*Rescisão do Contrato*] e o Contratado incorrer em Custos fundamentados, então, sem prejuízo de quaisquer outros direitos que o Contratado possa ter nos termos do Contrato, o Contratado deverá informar o Contratante assim que razoavelmente praticável através da emissão de uma Reivindicação nos termos da Cláusula 10 [*Reivindicações*].

### 6.6 Direitos Adquiridos, Reivindicações e Responsabilidades das Partes

---

- 6.6.1 A rescisão do Contrato não prejudicará ou afetará os direitos adquiridos ou Reivindicações e as responsabilidades das Partes.

## 7 PAGAMENTO

### 7.1 Pagamento ao Contratado

---

- 7.1.1 O Contratante deve pagar o Contratado pelos Serviços, incluindo Variações que possam ser feitas de acordo com a Cláusula 5 [*Variações nos Serviços*], de acordo com a Cláusula 7 [*Pagamento*] e Anexo 4.1 [*Honorários e Custos Reembolsáveis*], e sujeito à Subcláusula 7.7 [*Compensação*].
- 7.1.2 O Contratante deverá pagar ao Contratado:
- (a) o valor dos Serviços conforme incluídos nas faturas do Contratado e certificados como concluídos pelo Representante do Contratante de acordo com as tarifas e/ou valores dos marcos identificados no Anexo 4.1 [*Honorários e Custos Reembolsáveis*];
  - (b) por qualquer tempo adicional gasto pela Equipe na execução dos Serviços conforme tarifas e preços estabelecidos no Anexo 4.1 [*Honorários e Custos Reembolsáveis*]. Quando as tarifas e preços não forem aplicáveis, novas tarifas e preços deverão ser acordados pelas Partes;
  - (c) pelos custos reembolsáveis incorridos pelo Contratado na prestação dos Serviços nas tarifas e preços indicados no Anexo 4.1 [*Honorários e Custos Reembolsáveis*]. Quando as tarifas e preços não forem aplicáveis, as Partes deverão pactuar novas; e/ou
  - (d) o custo de todas as outras despesas razoavelmente incorridas pelo Contratado, sujeito à Cláusula 10 [*Reivindicações*].
- 7.1.3 O Contratado deve pagar todos os impostos, taxas e encargos de acordo com o Contrato e as Leis Aplicáveis do local onde os Serviços ou parte deles sejam prestados, e o Valor Aceito do Contrato não deve ser ajustado com base em nenhum desses custos, exceto conforme disposto na Subcláusula 1.6 [*Conformidade com as Leis*], e sujeito à Subcláusula 1.23 [*Impostos e taxas*].
- 7.1.4 Caso um imposto sobre valor agregado (IVA) possa ser aplicável aos Serviços, as faturas do Contratado não deverão incluir tal IVA se/e somente se o Contratante obtiver uma isenção para tal IVA em nome do Contratado.

### 7.2 Prazo para Pagamento

---

- 7.2.1 A menos que o Representante do Contratante se oponha por escrito às faturas do Contratado de acordo com a Subcláusula 7.4 [*Faturas Contestadas*], os pagamentos devidos ao Contratado deverão ser feitos dentro de 42 (quarenta e dois) dias após o recebimento, pelo Contratante, das faturas do Contratado.
- 7.2.2 Se o Contratado não receber o pagamento dentro do prazo estabelecido na Subcláusula deverão ser pagos os encargos financeiros elegíveis na(s) taxa(s) e detalhes indicados no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] sobre o valor vencido calculado desde a data de vencimento do pagamento da fatura certificada até a data em que o pagamento efetivo for recebido do Contratante. Tais encargos financeiros não afetarão os direitos do Contratado indicados na Subcláusula 6.1.3 (a) [*Suspensão de Serviços*] ou Subcláusula 6.4.2 [*Rescisão do Contrato*].

### 7.3 Moeda de Pagamento

---

- 7.3.1 Os pagamentos devem ser feitos na moeda ou moedas e proporções (no caso de pagamentos com mais de uma moeda), conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*].

## 7.4 Faturas Contestadas

---

- 7.4.1 Se qualquer item ou parte de um item em uma fatura apresentada pelo Contratado for contestado pelo Contratante por não ser corretamente devido nos termos do Contrato, o Representante do Contratante deverá notificar sua intenção de reter o pagamento demonstrando os motivos, mas não deverá atrasar o pagamento do restante da fatura. A Subcláusula 7.2.2 [*Prazo para Pagamento*] se aplicará a todos os valores contestados que forem finalmente determinados a serem pagos ao Contratado.

## 7.5 Auditoria e Investigações

---

- 7.5.1 Cada pagamento feito pelo Contratante ao Contratado pode ser sujeito a uma auditoria pós pagamento por auditores, internos ou externos, do Contratante ou por outros agentes autorizados e qualificados do Contratante a qualquer momento durante a vigência do Contrato e por um período de 2 (dois) anos após a Conclusão Final dos Serviços ou a rescisão do Contrato. O Contratante terá direito a um reembolso do Contratado por quaisquer valores demonstrados por tais auditorias que tenham sido pagos pelo Contratante, que não de acordo com os termos e condições do Contrato.
- 7.5.2 O Contratado reconhece e concorda que, de tempos em tempos, o Contratante poderá conduzir investigações relacionadas a qualquer aspecto do Contrato ou da adjudicação do mesmo, às obrigações executadas sob o Contrato, e às operações do Contratado em geral relacionadas à execução do Contrato. O direito do Contratante de conduzir uma investigação e a obrigação do Contratado de colaborar com tal investigação não se extingue com a Conclusão Final do Serviço ou a rescisão do Contrato.
- 7.5.3 O Contratado deverá prestar sua total e oportuna cooperação com quaisquer inspeções, auditorias ou investigações pós pagamento. Tal cooperação deverá incluir, mas não se limitar à obrigação do Contratado de disponibilizar seu Pessoal e qualquer documentação relevante para tais propósitos em horários e condições razoáveis e de conceder ao Contratante acesso às instalações do Contratado em horários e condições razoáveis em relação a tal acesso ao seu Pessoal e à documentação relevante.
- 7.5.4 O Contratado deverá exigir de seus agentes, incluindo, mas não se limitando aos advogados, contadores ou outros consultores do Contratado, que cooperem razoavelmente com quaisquer inspeções, auditorias pós pagamento ou investigações realizadas pelo Contratante.

## 7.6 Avaliação de Desempenho do Contratado

---

- 7.6.1 O Contratante pode conduzir uma avaliação do desempenho do Contratado imediatamente após a Conclusão Final dos Serviços ou a rescisão do Contrato. O Consultor deverá prestar sua total e oportuna cooperação para tal avaliação de performance por parte do Contratante.

## 7.7 Compensação

---

- 7.7.1 O Contratante, sem prejuízo de qualquer outro direito que possa ter, poderá compensar

qualquer quantia que possa ser devida pelo Contratado ao Contratante nos termos do Contrato contra qualquer quantia que possa ser devida pelo Contratante ao Contratado nos termos do Contrato.

## 7.8 Pagamento Antecipado

---

- 7.8.1 Se nenhum adiantamento de pagamento estiver estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], então esta Subcláusula 7.8 não se aplicará.
- 7.8.2 O Contratante deverá fazer o adiantamento de pagamento (se houver) estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], antes da entrega dos serviços, quando o Contratado submeter uma Garantia de Pagamento Antecipado de acordo com esta Subcláusula 7.8.
- 7.8.3 A Garantia de Pagamento Antecipado deverá ser devidamente executada e aplicada, de forma incondicional e irrevogável imediatamente, conforme estabelecido no Anexo 5.1 [*Formulário de Garantia de Pagamento Antecipado*] de uma entidade líder e credenciada, aprovada pelo Contratante. A menos que, e até que o Contratante receba esta garantia, esta Subcláusula 7.8 não se aplicará.
- 7.8.4 O Contratado deverá assegurar que a Garantia de Pagamento Antecipado seja válida e executável até que a totalidade do adiantamento de pagamento tenha sido reembolsada, mas seu valor poderá ser progressivamente reduzido pelo valor reembolsado pelo Contratado nas faturas.
- 7.8.5 Se os termos da Garantia de Pagamento Antecipado especificarem sua data de vencimento, e o adiantamento de pagamento não tiver sido reembolsado até 28 (vinte e oito) dias antes da data de vencimento, o Contratado deverá prorrogar a validade da garantia até que o adiantamento tenha sido reembolsado. Se o Contratante não receber esta prova da prorrogação da garantia, o Contratante terá direito à Reivindicação sob a Garantia de Pagamento Antecipado do valor do adiantamento que não tenha sido reembolsado.
- 7.8.6 O adiantamento de pagamento será reembolsado pelo Contratado através de deduções percentuais nos pagamentos à taxa estabelecida no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], até que o adiantamento tenha sido reembolsado.
- 7.8.7 Se o adiantamento de pagamento não tiver sido totalmente reembolsado antes da emissão do Certificado de Conclusão Final ou antes da data de rescisão do Contrato, todo o saldo então pendente deverá ser imediatamente devido e pago pelo Contratado ao Contratante.

## 8 RESPONSABILIDADES

### 8.1 Responsabilidade por Infração

---

- 8.1.1 O Contratado será responsável perante o Contratante por qualquer violação de qualquer disposição do Contrato causada pelo Contratado.
- 8.1.2 Se o Contratado for responsável perante o Contratante, os danos deverão ser pagos somente nos seguintes termos:
- (a) tais danos serão limitados ao montante das perdas e danos sofridos como resultado direto de tal violação;
  - (b) em qualquer caso, o montante de tais danos será limitado ao montante indicado na Subcláusula 8.3 [*Limite de Responsabilidade*].

### 8.2 Período de Responsabilidade

---

- 8.2.1 O Período de Responsabilidade é o estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], que começa na data da Conclusão Final dos Serviços.
- 8.2.2 Não contrariando qualquer outra coisa no Contrato ou qualquer exigência legal do País ou qualquer outra jurisdição (incluindo, para evitar dúvidas, a jurisdição do local de estabelecimento do Contratado), o Contratado não será responsável perante o Contratante por qualquer perda ou dano resultante de qualquer ocorrência, a menos que uma Reivindicação seja formalmente feita contra ele antes do vencimento do Período de Responsabilidade.

### 8.3 Limite de Responsabilidade

---

- 8.3.1 A compensação máxima que o Contratado poderá ter que pagar ao Contratante em relação à responsabilidade sob esta Cláusula 8 [*Responsabilidades*], incluindo responsabilidade decorrente de Negligência, sob ou em conformidade com o Contrato, será limitada ao valor declarado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*]. Este limite não prejudica a Subcláusula 8.4 [*Exceções*] e a Subcláusula 4.4 [*Atrasos*].
- 8.3.2 Sujeito a qualquer disposição expressa em contrário no Contrato, as respectivas garantias, obrigações ou responsabilidades das Partes não cessam no encerramento ou rescisão do Contrato.

### 8.4 Exceções

---

- 8.4.1 As Subcláusulas 8.1 [*Responsabilidade por Infração*], 8.2 [*Período de Responsabilidade*] e 8.3 [*Limite de Responsabilidade*] não se aplicarão às reivindicações que surjam:
- (a) por inadimplência deliberada e imprudente, fraude, notificação fraudulenta ou má conduta imprudente do Contratado; e
  - (b) por eventos que não tiverem conformidade com o cumprimento das obrigações previstas no Contrato.



## 9 SEGURO

### 9.1 Alcance da Cobertura

---

- 9.1.1 O Contratado deverá, no mínimo, contratar e manter em todo momento seguros válidos e aplicáveis descritos no Anexo 3.9 [*Requisitos de Seguro*] para os períodos e requisitos, conforme estabelecido nele. Os seguros exigidos a serem fornecidos sob esta Subcláusula 9.1 são o mínimo exigido pelo Contratante, e o Contratado poderá, a expensas próprias, acrescentar outros seguros que o Contratado possa considerar prudente obter.
- 9.1.2 O Contratado deverá, durante ou antes da Data de Início, efetuar e, posteriormente, manter os seguintes seguros válidos e exigíveis nos nomes conjuntos das Partes (na medida do possível), conforme aplicável:
- (a) Seguro contra todos os riscos: por perdas e danos aos Documentos do Contratado, equipamentos, materiais ou instalações do Contratado por não menos do que o custo de reintegração total;
  - (b) Seguro de indenização profissional: contra qualquer responsabilidade do Contratado (e seu Subcontratado) como resultado de qualquer ato negligente, erro ou omissão na prestação dos Serviços; incluindo os custos de reprojetar, de reconstrução, retificação ou qualquer outra responsabilidade que o Contratado possa ter para com o Contratante como resultado de tal ato negligente, erro ou omissão. Os segurados devem ser o Contratado e seu Subcontratado que empreendem atividades profissionais;
  - (c) Seguro de responsabilidade civil: por responsabilidade de ambas as partes por perdas, danos, morte ou ferimentos a terceiros ou a seus bens decorrentes do cumprimento das obrigações do Contratante, incluindo a responsabilidade do Contratado por danos aos bens do Contratante, incluindo interferência, transgressão, perda de benefícios, incômodo, infração, obstrução, decorrente de ou em conexão com os Serviços; e
  - (d) Seguro de indenização dos trabalhadores: contra responsabilidade por reivindicações, danos, perdas e despesas sem culpa ou Negligência (incluindo honorários e despesas legais) decorrentes da execução dos Serviços em relação a ferimentos, doença, enfermidade ou morte de qualquer Pessoal. O Contratante também deverá estar coberto por um seguro, exceto no caso de perdas e reivindicações decorrentes de qualquer ato ou negligência causada pelo Contratante ou por seu pessoal.
- 9.1.3 O Contratado também deverá adquirir e manter quaisquer outro(s) seguro(s) válido(s) e exigível(is) conforme exigido pelas Leis do País ou por órgãos setoriais ou associações comerciais e exigir que seus Subcontratados efetuem e mantenham tal(is) seguro(s) válido(s) e exigível(s).
- 9.1.4 A menos que instruído de outra forma pelo Contratante, os seguros do Contratado deverão ser firmados junto a seguradoras de boa reputação e com uma classificação financeira não inferior à Standard & Poor's BBB, Moody's Baa ou A.M. Best BBB+.

### 9.2 Disposições

---

- 9.2.1 O Contratado deverá contratar e manter todos os seguros com seguradoras e em termos aprovados pelo Contratante. O Contratado deverá fornecer ao Contratante evidências de que qualquer apólice de seguro exigida está em vigor e que os prêmios foram pagos.
- 9.2.2 Os seguros referidos na Subcláusula 9.1 [*Alcance da Cobertura*] deverão:

- (a) nomear ou indicar firmemente o Contratante como cossegurado;
  - (b) conter uma cláusula de renúncia aos direitos de sub-rogação da seguradora contra cada segurado, seu pessoal e agentes (exceto quando tais direitos forem devidos a um ato lesivo); e
  - (c) prever que o Contratante receba uma notificação por escrito da seguradora pelo menos quatorze (14) dias antes de qualquer cancelamento, não-renovação ou alteração.
- 9.2.3 Todos os pagamentos recebidos das seguradoras relativos a perdas ou danos dos Serviços serão mantidos em conjunto pelas Partes e utilizados para o reparo de perdas ou danos ou como compensação por perdas ou danos que não possam ser reparados.
- 9.2.4 O Contratado será responsável pelas providências relacionadas a quaisquer reivindicações sob os seguros do Contratado. Neste sentido, o Contratado deverá manter o Contratante plenamente informado e buscar a cooperação do Contratante e de seus consultores profissionais.
- 9.2.5 O Contratado não deverá, sem obter o consentimento prévio por escrito do Contratante e da seguradora (como pode ser exigido pelo seguro aplicável):
- (a) fazer qualquer admissão de responsabilidade a um terceiro;
  - (b) entrar em qualquer negociação para liquidar ou comprometer uma reivindicação sob um seguro de Contratado;
  - (c) entrar em um acordo ou comprometer uma Reivindicação sobre os seguros do Contratado; ou
  - (d) iniciar o processo de litígio ou Arbitragem.
- 9.2.6 O Contratado será responsável por quaisquer uma das apólices de seguro exigidas na Subcláusula 9.1.2 [*Cobertura*], por qualquer franquia, taxas e outros custos ou impossibilidade de indenização total ou parcial, caso em que o Contratado deverá indenizar o Contratante em relação a tal franquia, taxas e outros custos ou impossibilidade de indenização pela Seguradora.
- 9.2.7 Se o Contratante deixar de contratar ou manter em todo momento qualquer um dos seguros exigidos sob a Subcláusula 9.1 [*Alcance da Cobertura*], ou deixar de fornecer provas e cópias satisfatórias das apólices de acordo com esta Subcláusula 9.2, o Contratante poderá, a seu critério e sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, após ter notificado o Contratado por escrito, pagar quaisquer prêmios ou tomar quaisquer outras medidas que possam ser necessárias para adquirir ou manter tal seguro em vigor às custas do Contratado.
- 9.2.8 Nem o descumprimento nem o pleno cumprimento das disposições de seguro do Contrato limitará ou eximirá o Contratado de suas responsabilidades e obrigações nos termos do Contrato. Quaisquer valores não segurados ou não recuperados das seguradoras serão assumidos pelo Contratado e/ou pelo Contratante de acordo com essas obrigações, responsabilidades ou responsabilidades.
- 9.2.9 O custo dos seguros do Contratado será considerado como incorporado ao Valor Aceito no Contrato.
- 9.2.10 As obrigações desta Cláusula 9 [*Seguro*] permanecerão válidas após a conclusão, rescisão ou encerramento do Contrato.

## 9.3 Falha na Cobertura

---

- 9.3.1 Se o Contratado deixar de contratar ou manter em vigor quaisquer dos seguros referidos na

Subcláusula 9.1 [*Alcance da Cobertura*], ou não fornecer provas, apólices ou recibos satisfatórios, o Contratante poderá, a seu critério e sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, rescindir o Contrato imediatamente através de Notificação de rescisão de acordo com a Subcláusula 6.4 [*Rescisão do Contrato*].

## 10 REIVINDICAÇÕES

### 10.1 Reivindicações do Contratado

---

- 10.1.1 Se o Contratado considerar que pode ter uma Reivindicação sob ou em relação ao Contrato, deverá notificar e informar o Representante do Contratante e fornecer detalhes a respeito da Reivindicação ao Representante do Contratante dentro de 14 (quatorze) dias das circunstâncias que deram origem a tal Reivindicação.
- 10.1.2 Dentro de 7 (sete) dias do recebimento de tal Reivindicação, o Representante do Contratante poderá solicitar ao Contratado mais detalhes a respeito da Reivindicação.
- 10.1.3 Dentro de 14 (quatorze) dias após receber a Reivindicação ou mais detalhes do Contratado, o Representante do Contratante deverá avaliar a Reivindicação, juntamente com os documentos e registros comprobatórios, e notificar sua concordância ou determinação do direito do Contratado (se houver) nos termos do Contrato para:
- (a) pagamento adicional; e/ou
  - (b) uma EDP.
- 10.1.4 O Contratado não terá direito a uma EDP ou qualquer pagamento ou custos adicionais se não apresentar uma Notificação de Reivindicação no prazo de 14 (quatorze) dias, de acordo com a Subcláusula 10.1.1, caso em que o Contratado será considerado como tendo renunciado a seu direito de fazer tal Reivindicação, o Contratante será exonerado de qualquer responsabilidade decorrente de ou em conexão com o evento ou circunstâncias que deram origem à Reivindicação, e o Contratado deverá cumprir com suas obrigações de executar os Serviços até o Prazo de Execução e para o Valor Aceito no Contrato.
- 10.1.5 Se uma Parte necessitar de prazo e/ou informações para cumprir com esta Subcláusula 10.1, ela deverá informar a outra Parte por escrito.
- 10.1.6 Se surgir uma Disputa entre as Partes fora ou em conformidade com a Reivindicação, as Partes deverão exercer para resolver a Disputa amigavelmente de acordo com a Cláusula 11 [Resolução de Disputa].

# 11 RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

## 11.1 Direito de Adesão

---

- 11.1.1 O Contratado e o Contratante concordam em resolver Disputas sob ou em relação ao Contrato de acordo com esta Cláusula 11 [*Resolução de Disputa*].
- 11.1.2 Eles concordam ainda que se o Contratante, após a assinatura deste Contrato, celebrar um contrato subsequente com outra parte que esteja relacionado à implementação dos Serviços ou Entregável, então a outra parte (tal como outro Contratado ou uma Empreiteira de Obras) poderá tornar-se parte desta Cláusula 11 [*Resolução de Disputas*] por incorporação por referência no contrato subsequente celebrado entre o Contratante e a outra parte. Neste caso, o Contratante deverá informar o Contratado, por escrito, sobre tal incorporação.

## 11.2 Resolução Amigável

---

- 11.2.1 No caso de uma Disputa entre as Partes, quaisquer Partes podem fornecer a Notificação de tal Disputa ao(s) respectivo(s) representante(s) da(s) outra(s) Parte(s). Esta Notificação deverá:
- (a) fixar a base legal e contratual da Disputa;
  - (b) expor os fatos sobre os quais a Disputa está fundada;
  - (c) anexar cópias de correspondências e qualquer material de apoio relevante;
  - (d) conter informações detalhadas sobre a quantificação da Disputa; e
  - (e) ser devidamente assinada pelo signatário autorizado da Parte que emite a Notificação.
- 11.2.2 Ao receber tal Notificação, a Parte que recebeu a Notificação pode se juntar a quaisquer outras parte(s) que possa(m) ter se tornado parte desta Cláusula 11 [*Resolução de Disputas*] por incorporação por referência sob a Subcláusula 11.1 [*Direito de Adesão*] com cópia para a Parte que forneceu a Notificação.
- 11.2.3 Desta forma, os representantes das Partes tentarão resolver a Disputa de forma amigável. Se o Representante do Contratante e o Representante do Contratado não puderem resolver a Disputa amigavelmente dentro de 28 (vinte e oito) dias do recebimento da Notificação, a Disputa deverá ser encaminhada por qualquer das Partes aos Representantes Seniores das Partes, a serem designados por escrito pelas Partes naquele momento.
- 11.2.4 Se os Representantes Seniores das Partes não puderem resolver a Disputa amigavelmente dentro de 28 (vinte e oito) dias de tal referência de Disputa, a Disputa deverá ser resolvida finalmente, a pedido de qualquer das Partes, por meio de Arbitragem de acordo com as disposições da Subcláusula 11.3 [*Arbitragem*].

## 11.3 Arbitragem

---

- 11.3.1 Quaisquer disputas entre as Partes decorrentes ou relacionadas com o Contrato e os contratos estabelecidos na Subcláusula 11.1 [*Direito de Adesão*] serão resolvidas definitivamente, a pedido de qualquer das Partes, através de Arbitragem, de acordo com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) em vigor (as "Regras Processuais").

- 11.3.2 Qualquer Parte a esta Cláusula 11 [*Resolução de Disputa*] (seja diretamente ou sob a Subcláusula 11.1 [*Direito de Adesão*]) pode, separadamente ou em conjunto com qualquer outra parte desta Cláusula 11 [*Resolução de Disputa*], iniciar procedimentos de Arbitragem contra uma ou várias partes desta Cláusula 11 [*Resolução de Disputa*].
- 11.3.3 Qualquer Parte desta Cláusula 11 [*Resolução de Disputas*] nomeada como Requerente em uma Notificação de Arbitragem pode se juntar a qualquer outra(s) parte(s) que possa(m) ter se tornado parte desta Cláusula 11 [*Resolução de Disputas*] por incorporação por referência sob a Subcláusula 11.1 [*Direito de Adesão*] na Arbitragem, apresentando uma Notificação de Adesão à(s) outra(s) parte(s) no prazo de trinta (30) dias a partir do recebimento, por tal Requerido, da Notificação de Arbitragem relevante, juntamente com sua Resposta à Notificação de Arbitragem à Parte que solicitou a Arbitragem. Neste caso, a(s) parte(s) que recebeu(m) a Notificação de Arbitragem terá(ão) trinta (30) dias para responder à Notificação de Arbitragem e à Notificação de Apelação, antes que o processo possa continuar.
- 11.3.4 Haverá 3 (três) árbitros, selecionados de acordo com o procedimento estabelecido nas Sub Cláusulas 11.3.5 a 11.3.7.
- 11.3.5 Se a Notificação de Arbitragem nomear apenas um (1) Requerente e 1 (um) Requerido e nenhuma Parte tiver exercido seu direito de adesão de acordo com a Subcláusula 11.1 [*Direito de Adesão*], cada Parte deverá nomear um (1) Árbitro dentro de 14 (quatorze) dias após o término do período durante o qual as partes podem exercer seu direito de adesão. Os 2 (dois) árbitros deverão nomear o terceiro árbitro, que atuará como presidente.
- 11.3.6 Se mais de 2 (duas) Partes forem nomeadas na Notificação de Arbitragem, ou pelo menos 1 (uma) Parte exerce seu direito de adesão, o(s) Requerente (s) deverá(ão) nomear 1 (um) Árbitro e o(s) Requerido(s) deverá(ão) nomear o outro Árbitro, ambos dentro de 14 (quatorze) dias após o término do período durante o qual as Partes podem exercer seu direito de adesão. Se o(s) Requerente(s) e o(s) Requerido(s) nomearem os árbitros conforme previsto, os 2 (dois) Árbitros deverão então nomear o terceiro Árbitro, que atuará como presidente. Se 1 (uma) ou ambas as Partes não nomearem um Árbitro conforme previsto, o Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem, a pedido de qualquer uma das Partes, nomeará os 3 (três) Árbitros em seu nome e designará 1(um) deles para atuar como presidente.
- 11.3.7 Se mais de 1 (uma) Arbitragem for iniciada sob esta Cláusula 11 [*Resolução de Disputa*] (diretamente ou sob a Subcláusula 11.1 [*Direito de Adesão*]) e qualquer das partes alegar que 2 (duas) ou mais Arbitragens estão substancialmente relacionadas e que as questões devem ser ouvidas em 1 (um) processo, os árbitros selecionados no primeiro protocolo de tais Arbitragens determinarão se, no interesse da justiça e eficiência, o processo deve ser consolidado perante esses árbitros.
- 11.3.8 A sede ou local da Arbitragem deverá ser determinada no momento da Disputa.
- 11.3.9 O idioma da Arbitragem deverá ser o inglês.
- 11.3.10 As decisões dos Árbitros serão orientadas pelos princípios gerais do direito comercial internacional, conforme codificados no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) em vigor no Início da Vigência do Contrato, como a Lei Aplicável ao Contrato.
- 11.3.11 Os Árbitros não terão autoridade para aplicar sanções punitivas. Além disso, o tribunal arbitral não terá autoridade para conceder juros que excedam a Taxa de Financiamento de Pernoite Garantido (SOFR) vigente do Federal Reserve Bank of New York, e quaisquer juros devem ser apenas juros simples.

11.3.12 As Partes estarão vinculadas por qualquer sentença arbitral proferida como resultado de tal Arbitragem como a sentença final de qualquer Disputa desse tipo.

11.3.13 O procedimento arbitral e quaisquer informações e documentos relativos a este procedimento serão considerados confidenciais, sujeitos à Subcláusula 1.10 [Confidencialidade].

## 11.4 Resolução de Disputas Para Não Atrasar a Execução dos Serviços

---

11.4.1 A despeito do acionamento dos procedimentos de resolução de disputa sob esta Cláusula 11 [Resolução de Disputa], o Contratado continuará a executar os Serviços e suas outras obrigações sob e em conformidade com o Contrato.

## 11.5 Validade

---

11.5.1 Esta Cláusula 11 [Resolução de Disputa] subsiste à conclusão, encerramento ou rescisão do Contrato